



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ICARO MATEUS TELES FARIAS

**POLÍCIA CIVIL E USOS DA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO EM
SERGIPE: padrões de recrutamento e modalidades de engajamento dos
delegados**

São Cristóvão

2024

ICARO MATEUS TELES FARIAS

**POLÍCIA CIVIL E USOS DA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO EM
SERGIPE: padrões de recrutamento e modalidades de engajamento dos
delegados**

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Universidade Federal de Sergipe (UFS) como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca.

**São Cristóvão
2024**

ICARO MATEUS TELES FARIAS

**POLÍCIA CIVIL E USOS DA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO EM
SERGIPE: padrões de recrutamento e modalidades de engajamento dos
delegados**

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Universidade Federal de Sergipe (UFS) como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

F224p	Farias, Icaro Mateus Teles Polícia civil e usos da luta contra a corrupção em Sergipe : padrões de recrutamento e modalidades de engajamento dos delegados / Icaro Mateus Teles Farias ; orientadora Fernanda Rios Petarca – São Cristóvão, SE, 2024. 111 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024. 1. Sociologia - Sergipe. 2. Policiais civis. 3. Delegados de polícia. 4. Corrupção - Sergipe. 5. Liderança. 6. Sociologia política. I. Petarca, Fernanda Rios, orient. II. Título. CDU 316.46:351.742(813.7)
-------	---

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Wilson Oliveira

Prof. Dr.

Programa de Pós-Graduação em

Sociologia/PPGS/UFS

Bergson Vieira

Prof. Dr.

Professor, Doutor em sociologia

Orientadora

Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca

Programa de Pós-Graduação em

Sociologia/PPGS/UFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao legado construído pelos meus ancestrais, os quais foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui. Lembraram-me sempre que “ser humano é ser solar e todo ser humano nasce com um sol interno” e que diante os desafios cotidianos é necessário abraçar a chama do sol interno, para que ela nunca se apague. Modupé!

Aos meus pais, Luzinete Conceição e Jadson Farias e aos meus irmãos, Stefany, Ynara e Igor pelo amor e carinho a mim dirigido. Aos meus sobrinhos Laura, Laisla, Lucas, Hugo e Wilian, amo vocês!

Aos meus amigos, que decidiram compartilhar do meu lado a coexistência da vida e se tornaram uma extensa família e quilombo de paz e conforto. Obrigado amigos! Élide, Mayara, Saulo Akin, Anthony, Eli, Andrea, Mylena Silva e o querido Jami. Aos amigos que as ciências sociais me proporcionou, com os quais compartilhei anos dessa trajetória acadêmica; Amanda Beatriz, Izabel Cristina, Brenda Seixas, Bruno Santana, Bruno Auderlin e Edijerfeson Santos. Aos amigos que construí dentro da universidade e levarei para vida em especial, Jonatha Vasconcelos, Lucas Vieira e Bruno Henrique, estes últimos, obrigado pelas partidas de jogos e encontros com grandes trocas sociológicas. A Jonathan e Lucas o meu carinho e admiração na sensibilidade e parceria entre homens negros no mundo da pesquisa científica brasileira.

Agradeço à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Fernanda Rios Petrarca, pela possibilidade de integrar desde o início da minha graduação a linha de pesquisa que coordena, e assim fazer florescer minha busca pela pesquisa sociológica e o seu universo, grato pelo constante estímulo em trilhar o caminho do conhecimento científico.

Ao Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP), espaço esse que se fez casa e contribuiu significativamente para a amplitude do meu desenvolvimento enquanto pesquisador. Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe, onde conheci professores e pesquisadores pós graduandos incríveis! A equipe da secretária do PPGS, sempre atenciosas e acolhedoras. Uma instituição e Programa de Pós Graduação fundamental para o crescimento acadêmico.

Agradeço a todos que não foram citados, mas que contribuíram de forma significativa, com uma palavra, um gesto, um olhar, para o sucesso dessa etapa em minha vida.

*“Você está fazendo tudo que eles disseram que você não poderia fazer
Não poderia limpar este preto se eu tentasse
É por isso que levanto minha cabeça com orgulho
Levante sua cabeça, sim”*

(Beyoncé)

RESUMO

Esta dissertação explora uma investigação sobre os delegados da Polícia Civil de Sergipe afiliados ao Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (DEOTAP). O objetivo é compreender como os delegados envolvidos no combate à corrupção em Sergipe adquiriram determinados capitais sociais, moldando assim suas trajetórias profissionais no cenário político sergipano e no campo jurídico em expansão. O trabalho é apresentado por meio de uma análise sistemática da profissão de delegado de polícia, destacando as dinâmicas envolvidas na luta contra a corrupção no judiciário sergipano e como essa causa é assimilada pelos delegados que lideraram as forças-tarefas no estado de Sergipe, tanto em sua atuação policial quanto como uma bandeira política

Palavras-chave: Corrupção; Delegados; Polícia Civil; Profissão; Sergipe.

ABSTRACT

This thesis explores an investigation into the Civil Police delegates of Sergipe affiliated with the Department of Crimes against Tax and Public Administration (DEOTAP). The objective is to comprehend how the Precinct Chiefs involved in combating corruption in Sergipe acquired specific social capitals, thus shaping their professional trajectories in the political landscape of Sergipe and within the expanding legal field. The study is presented through a systematic analysis of the Precinct Chiefs profession, highlighting the dynamics involved in the fight against corruption in the Sergipe judiciary and how this cause is assimilated by the Precinct Chiefs who led task forces in the state of Sergipe, both in their law enforcement roles and as a political agenda.

Keywords: Corruption; Civil Police; Precinct Chiefs; Profession; Sergipe.

LISTA DE SIGLAS

ALESE – Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe
CGE - Controladoria Geral do Estado
COPE - Complexo de Operações Policiais Especiais
ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de dinheiro
DAGV – Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis
DEA - Departamento de Estado Americano (DEA)
DEOTAP - Departamento de Repressão Contra a Ordem Tributária e Administração Pública
DRCI/SNJ - Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça
DRCC - Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos
FBI - Federal Bureau of Investigation
GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
IPTU - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano
MPE – Ministério Público Estadual
MPSE – Ministério Público do Estado de Sergipe
PF – Polícia Federal
PGE - Procuradoria Geral do Estado
PNLD - Plano Nacional de Capacitação e Treinamento para o combate à corrupção e a lavagem de dinheiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSL – Partido Social Liberal
SEFAZ - Secretaria Estadual da Fazenda
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SNJ – Secretaria Nacional de Justiça
SSP – Secretaria de Segurança Pública
TCE/SE – Tribunal de Contas do Estado de Sergipe
UFBA – Universidade Federal do Estado da Bahia
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UNIT – Universidade Tiradentes

Lista de Tabelas

Tabela 1: Órgãos de Combate à Corrupção em Sergipe	36
Tabela 2: Desigualdade Salarial entre os Ofícios Jurídicos	42
Tabela 3: Membros do DEOTAP	46
Tabela 4: Delegados profissionais do DEOTAP	77
Tabela 5: Profissão dos Pais	89

Lista de Figuras

Figura 1: Estrutura de Funcionamento da Polícia Civil de Sergipe	37
Figura 2: Operações de Combate a Corrupção da Polícia Civil de Sergipe.....	61
Figura 3: Total de Operações	61
Figura 4: Tipo de Crime Investigado	62
Figura 5: Tipo de Investigados.....	63
Figura 6: Investigados por Partidos.....	63
Figura 7: Cursos Realizados através do PNLD	80
Figura 8: Agentes Capacitados.....	81
Figura 9: Escolaridade dos Pais	83
Figura 10: Escolaridade dos Delegados	84

Lista de Quadros

Quadro 1: Operações Anticorrupção em Sergipe (2004-2020).....	48
Quadro 2: Reconversão dos delegados para a esfera política	68
Quadro 3: Inserção no universo jurídico profissional	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CAPÍTULO I: DO ESTADO DA ARTE AO MODELO DE ANÁLISE	22
1.1 As profissões jurídicas e os empreendimentos da carreira	25
1.2 O fenômeno da politização do direito.....	27
1.3 Profissão de delegado de polícia no Brasil	27
2 CAPÍTULO II: AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA POLÍCIA CIVIL EM SERGIPE.....	36
2.1 A estrutura de funcionamento e o Sistema organizacional da polícia civil em Sergipe.....	37
2.2 Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).....	37
2.3 Departamento de Narcóticos – Denarc	38
2.4 Departamento de Atendimento aos Grupos Vulneráveis – DAGV	38
2.5 Departamento de Crimes contra o Patrimônio – Depatri	39
3 CAPÍTULO III: ANÁLISE SÓCIO HISTÓRICA DO DEPARTAMENTO DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DEOTAP.....	37
3.1 Polícia Civil de Sergipe e o Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública - DEOTAP	42
3.2 As operações contra a corrupção em Sergipe	46
CAPÍTULO IV: DAS FORÇAS-TAREFAS À POLÍTICA: A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E A EMERGÊNCIA DE LIDERANÇAS POLÍTICAS E PROFISSIONAIS	66
4.1 A agenda anticorrupção e a formação de lideranças profissionais.....	76
4.2 Indicadores de origem de formação educacional	82
4.3 Entrevista com a Delegada geral do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	98
ANEXO I	103

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de dissertação tem como objetivo investigar a dinâmica profissional do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública-DEOTAP, um dos maiores instrumentos da esfera jurídica sergipana responsável pelas investigações de corrupção no estado, criado em 2009. Tendo como ponto de partida empírico o setor específico da Polícia Civil, essa pesquisa se desdobrará através dos delegados e suas respectivas trajetórias profissionais. Trata-se de analisar como o forte investimento na agenda profissional do delegado de polícia impactou e contribui nos compromissos sociais da Polícia Civil em Sergipe promovendo um conjunto de operações voltadas, especificamente, do combate ao crime de ordem tributária e da administração pública.

Tendo como exemplo mais recente, os últimos acontecimentos da política brasileira em que o Direito, representado nas figuras dos profissionais da esfera jurídica, se apresentou como importante espaço na chamada “luta contra a corrupção” e as suas migrações para o espaço político, constituíram uma das principais razões para a definição do objeto desta pesquisa. Os eventos transcorridos a partir de 2013 com as jornadas de junho, seguidos das manifestações que desembocaram no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em março de 2016, contribuíram para colocar a atenção em alguns pontos. Primeiro, assim como ocorrido em outras situações da história da política brasileira (Adorno, 1988), o Direito se constitui como um dos principais atores do processo, representando uma forma de poder frente às forças políticas. O clamor ao “Estado de direito” aparece como um dos principais elementos justificadores desta forma de ação, assim como a defesa das bases institucionais e legais capazes de coibir a corrupção. Segundo, destacou-se nesse processo o sistema jurídico inteiro, em alguns momentos centrados na figura de juízes, procuradores de Estado, mas também exercidos pelos agentes do direito nas forças-tarefas, na figura dos delegados que coordenaram as operações, este último sendo o foco principal desta pesquisa.

Essas condições no cenário político brasileiro nos permitiram algumas indagações iniciais como forma de levantar a problemática sociológica desta pesquisa a nível Sergipe, buscando compreender: Como os delegados que ocupam ou ocuparam cargos no do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública-DEOTAP construíram suas trajetórias profissionais? Como constituíram suas trajetórias até chegarem ao Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública? Tal fenômeno é latente como fato importante para compreender a dinâmica de inserção e o recrutamento desses delegados no departamento investigado e como se constitui a dinâmica de alteração do

quadro de funcionamento do mesmo.

Tais indagações compõem a agenda de pesquisa do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS) e tem como central o exame dos processos de institucionalização da corrupção como um problema social e suas implicações nos espaços de atuação profissional. Dentro desta linha de pesquisa ingressei na vida acadêmica como bolsista de iniciação científica e finalizei meu trabalho de conclusão de curso. Estas duas pesquisas serviram como ponto de partida para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado. A primeira, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC estava mais voltada para o exame do papel e do lugar do judiciário na luta contra corrupção, envolvendo desde delegados, a magistrados, juízes e procuradores. A segunda, como monografia autoral, intitulada "Os Delegados e a Luta Contra a Corrupção em Sergipe: Engajamento profissional, carreira jurídica e política". Constitui então o passo inicial para a compreensão do lugar dos delegados da Polícia Civil na luta contra a corrupção e os usos políticos e profissionais deste investimento (FARIAS, 2022).

Dentro desse panorama da problemática apresentada, ressalta-se que o recorte analítico desta pesquisa se refere aos delegados que atuaram no Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP e a construção das suas trajetórias profissionais. Justifica-se a escolha em razão de tratar-se de um exemplo significativo desse círculo de agentes do campo jurídico que mobilizam os diversos prestígios sociais dentro do campo jurídico como recurso de poder. A hipótese central é de que a trajetória profissional e a estrutura da polícia civil viabilizaram a ascensão profissional e corporativa dos delegados por meio da reconversão, expansão das redes de relações nos espaços jurídicos e provocou um prestígio acumulado no exercício de suas funções. Trata-se do encontro entre condições institucionais, proporcionadas pelas mudanças e pelos processos de institucionalização da corrupção como um problema público, e dos percursos individuais, expressos nas trajetórias sociais, políticas e profissionais.

Esta pesquisa apresenta um conjunto de objetivos a serem respondidos durante a sua execução de forma empírica de elaboração. Vale salientar previamente que, o mesmo é fruto de um conjunto de pesquisas realizadas anteriormente imersas na linha da sociologia das profissões, que visavam tanto abordar a relação entre atuação profissional e defesa de causas sociais, a exemplo da luta contra a corrupção, quanto à inserção das figuras dos delegados, que canalizaram tal ação em suas respectivas trajetórias no espaço político. Nesses estudos, a ênfase estava voltada para compreensão das condições sociais, das dinâmicas de configuração

dos espaços (jurídico; engajamento profissional) e dos padrões e modalidades de investimento profissional (na ocupação de cargos; na defesa de causas sociais). O objetivo mais pretensioso desta pesquisa é investigar as formas de recrutamento e recursos utilizados a partir das trajetórias dos delegados sergipanos destacados que orientam suas carreiras profissionais para a luta contra a corrupção no DEOTAP e utilizam tal meio para a inserção na esfera política de Sergipe e na construção das trajetórias diante do funcionamento da Polícia Civil de Sergipe.

Assim, caminharemos nas categorias de análise que permitam compreender as dinâmicas da profissão do delegado que ingressam ao departamento em destaque. Nessa direção, a meta é o aperfeiçoamento de um esquema analítico capaz de permitir o exame dos principais eixos específicos estabelecidos na problemática, especialmente os que seguem:

Em primeiro lugar, pretende-se examinar o caráter institucional, social do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP, sendo este crucial para essa pesquisa, sendo que é desse espaço no qual os delegados serão investigados. O aspecto institucional tem um peso significativo uma vez que cria as condições de possibilidade para uma atuação profissional na luta anticorrupção. Em outras palavras, significa dizer que o estabelecimento e a implementação de departamentos, setores, comissões, constitui uma parte fundamental da construção e da institucionalização da luta contra a corrupção. Tais espaços funcionam como possibilidades de investimentos profissionais.

Em um segundo momento, estabelecer uma análise sócio-gráfica dos delegados atuantes ou que trilharam suas carreiras dentro do DEOTAP, tendo em vista, o engajamento do judiciário na luta contra a corrupção. Como aponta a literatura já mobilizada, em pesquisas anteriores, a qual será abordada mais detalhadamente no capítulo subsequente, a criminalização de certas práticas políticas pelo judiciário e a imposição de mecanismos jurídicos se apresentam como uma das principais etapas da politização do ativismo judicial. Nesse sentido, é importante apreender quem são os delegados, em termos sociográficos, que se dedicam profissionalmente a atuar na defesa da pauta anticorrupção

E, em um terceiro eixo, apreender as modalidades de atuações desses delegados, buscando compreender de forma analítica quais foram os recursos mobilizados que compõem as suas biografias, suas atuações profissionais, apresentar quais mecanismos que foram mobilizados nas respectivas trajetórias dos delegados do departamento investigado, tendo em vista que somente dessa forma é possível alcançar uma análise a respeito dos padrões de carreiras utilizados.

Atribui-se a essa proposta do estudo científico apresentado, a relevância devido ao número crescente do fenômeno social em que essa prática está vinculada a uma construção não apenas de uma narrativa, mas de práticas e meios efetivos nos padrões de carreiras estabelecidos dentro do sistema jurídico brasileiro, chamou atenção do espaço acadêmico, apresentando-se como possibilidade de objeto de estudo (Petrarca, f. r.; Nunes, a. i, 2021). Acentua-se que a relevância e o aspecto inovador desta pesquisa se destacam de uma forma pretensiosa, indo além da luta contra a corrupção, como é possível encontrar nos temas atuais pesquisados. Porém, esta pesquisa apresenta um enfoque nas dinâmicas e recursos de recrutamento (sociais, profissionais, políticos, educacionais, econômicos) mobilizados pelos delegados do DEOTAP.

Em outros termos, permitirá demonstrar os principais recursos que influenciam as trajetórias profissionais e a atuação dos delegados, em especial, no Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP.

Entretanto, mesmo voltando-se para uma análise do caso de Sergipe, essa dissertação pretende também investigar algumas regularidades vinculadas a estes profissionais que podem ter sido desenvolvidas em outras pesquisas relacionadas ao campo do direito, tendo em vista superar o excesso de estudos específicos que sido desenvolvido no âmbito sociológico de tais estudos no Brasil. Assim, permitindo demonstrar a inovação dentro dos diversos estudos sociológicos que tange o objeto de estudo em questão, o intuito de empiricizar as dinâmicas da esfera profissional jurídica em Sergipe e o papel que assume na inserção e em outras esferas sociais para engajamento profissional e para o ativismo jurídico. Trata-se então de uma pesquisa que destaca o centro das recomposições do campo político sergipano contemporâneo, à luz da agenda política “anticorrupção”, na qual os principais atores que abarcam essa questão derivam do espaço jurídico, e em paralelo uma análise a respeito das carreiras desses profissionais em destaque, os delegados.

A elaboração de um estudo científico como esse, dentro do espaço sociológico no Estado de Sergipe, destaca-se por analisar os principais recursos sociais essenciais para a dinamização dos delegados dentro do DEOTAP e os padrões de carreiras estabelecidos, trará contribuições nas produções de conhecimentos que aprofundem as análises sociológicas dentro dessas dinâmicas profissionais, este se destacando na empiricização dos principais recursos para inserção no DEOTAP desde seu surgimento.

As produções sociológicas recentes a respeito dos grupos profissionais têm reafirmado a sua capacidade analítica diante dos fatos sociais e políticos no Brasil (Petrarca, 2015;

Petrarca, Bomfim & Nunes, 2021, Petrarca; Carvalho, 2023), entretanto diante das legitimidades no que tange a respeito da dinâmica dos profissionais da esfera jurídica (delegados, procuradores da república, juízes de direito e ministros dos tribunais superiores), estes colocando à disposição da sociedade civil suas respectivas análises frente aos acúmulos de capitais suficientes para a conversão de posições entre agentes no campo do poder brasileiro (Wacquant, 2013; Bourdieu, 2014). Nessa pesquisa, mobiliza-se uma sociologia que se debruça nas análises da anticorrupção para problematizar os papéis assumidos pelos delegados entre as instituições judiciais e o poder político, atentando para os usos que esses agentes fazem dos recursos simbólicos acumulados em suas atribuições no combate à corrupção na construção de suas trajetórias profissionais. Assim como já destacado, segundo Petrarca (2021), a atuação desenvolvida nas carreiras desses “agentes públicos” possibilita um determinado capital social que pode ser mobilizado na trajetória profissional.

Especificamente, buscará produzir um deslocamento da problematização da corrupção como um elemento das atribuições investigativas e repressivas dos delegados para a “corrupção” como forma de acumulação de legitimidade ou, simplesmente, de capital simbólico (Bourdieu, 1989). Essa perspectiva se aproxima daqueles estudos mais concentrados na reconversão de recursos de poder e suas recomposições entre os grupos dominantes no contexto brasileiro (Engelmann, 2006; Almeida, 2016; Castro, 2018; Adorno, 2019).

Esta proposta está centrada, quanto ao recorte geográfico, no estado de Sergipe, e, quanto ao recorte empírico, nos delegados profissionais de polícia civil e a construção de suas respectivas trajetórias profissionais, a fim de constatar os padrões de carreiras da profissão até que cheguem ao DEOTAP. Para atingir esses objetivos desenvolvemos o seguinte plano de trabalho:

- 1) Pesquisa bibliográfica sobre: a) a configuração sócio histórica da profissão do delegado; b) investigar o fenômeno da dinâmica profissional exercida por parte dos delegados dentro da corporação da polícia civil; c) revisão de autores e obras que já desenvolveram pesquisas analíticas sobre a profissão jurídica em destaque e a sua relação com a sociologia das profissões, sobretudo as pesquisas voltadas para a profissão de delegados.

Por pesquisa bibliográfica, entende-se aqui, tanto a busca de textos acadêmicos quanto de textos que participam do debate público sobre a questão, serão cruciais nessa fase.

- 2) Levantamento de dados em fontes diversas (sites, arquivos, material de

imprensa), com vistas a realizar um mapeamento dos delegados que atuaram no Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP desde sua fundação em 2009 até o ano vigente (2022). Tendo em vista que entre uma das idas ao campo (o próprio departamento) não foi possível o acesso desta informação por falta de material histórico do mesmo; a) assim conseguimos listar os principais protagonistas, seus perfis biográficos; b) produção intelectual e as tomadas de posição de casos representativos de delegados (concepções de justiça, ideologias políticas, carreira profissional); c) mapeamento das estratégias dos padrões de recursos e prestígios sociais utilizados.

3) Por fim assim, foi elaborado e aplicado um questionário para os delegados, com o objetivo de realizar uma espécie de “perfil social” desses delegados, considerando para tal os seguintes indicadores: a) indicadores de origem social, tais como profissão e nível de escolaridade do pai e da mãe; b) indicadores de socialização profissional: onde e como começou a se inserir no mercado de trabalho específico da sua profissão (através de amigos, família, parentes, concursos, etc.), quais os diferentes cargos ocupados, os principais campos de atuação profissional e extraprofissional, sendo possível aqui identificar a construção de uma rede de relações construída a partir do mesmo; c) indicadores de inserção em outras esferas sociais: participação no movimento estudantil, militância partidária, corporativismo ou sindicalismo, participação em grupos de ações filantrópicas e de assistência social (ONGs, igrejas). Os indicadores apresentados forneceram algumas pistas gerais a respeito da estrutura de capital (cultural, político, econômico) e posição social dos respectivos profissionais entrevistados a partir da aplicação desse questionário.

Para fins de organização de pesquisa e êxito da mesma, este trabalho consiste em apreender as condições e os processos sociais que permitem usos e apropriações de recursos diversos, utilizados pelos delegados da polícia civil de Sergipe, para atuação profissional e crescimento no DEOTAP. Parte-se do princípio de que esse processo está vinculado a condições históricas, políticas, culturais e institucionais particulares. Para dar conta deste desafio, esse trabalho está dividido em quatro capítulos e alguns eixos analíticos e linhas de investigação.

O primeiro capítulo tem por finalidade apresentar as principais discussões traçadas recentemente sobre a literatura sociológica que se tornaram pertinentes para formulação do objeto deste trabalho, resultando assim no modelo de análise. Trata-se de apontar os modelos teórico-analíticos que se destacaram no estudo das profissões e dos rumos do universo jurídico dentro do campo investigado, buscando traçar uma linha de compreensão a respeito

do Direito no Brasil e os empreendimentos feitos na carreira jurídica, nesse caso a respeito dos delegados.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar quais as condições sociais e históricas que proporcionaram o desenvolvimento da Polícia Civil em Sergipe, tendo que vista que assim iremos nos deter de uma compreensão maior a respeito da dinâmica interna do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP. Tal exame levará em consideração as características daqueles que inicialmente investiram suas agendas, e as quais permitem mostrar os recursos sociais associados à entrada e ao crescimento na instituição policial. Essa abordagem histórica, além de permitir visualizar a estrutura mais geral da Polícia Civil em Sergipe e as modificações que a mesma sofreu, permitirá mostrar como se consolidou uma forma de inserção dos delegados no departamento investigado.

No terceiro capítulo apresenta-se uma análise sócio-histórica do Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública – DEOTAP, de forma que se faz necessário a historicização do órgão central que se pretende investigar. Este sendo um órgão essencial à segurança pública de Sergipe, se fortalecendo ao longo de sua história e ampliando o número de casos e operações policiais, pautando sempre sua atuação no respeito aos direitos fundamentais, na eficiência e na prestação de um serviço de qualidade à população, com o objetivo de reduzir a impunidade, promover a paz social e no combate aos crimes de ordem tributária, conhecido também como “crime do colarinho branco”, crimes ditos não violentos, mas são motivados com o desvio, corrupção, sonegação, fraude, suborno, ou seja, crimes motivados financeiramente.

O quarto propõe- se a elencar ao quadro investigativo de informações a respeito dos delegados que atuaram ou atuam no DEOTAP, buscando verificar as fundamentais formas de recrutamento e analisar as principais propriedades do grupo de delegados enfocados, examinando as semelhanças e as diferenças na composição desse grupo. A análise das formas de recrutamento trará informações pertinentes não só sobre as características daqueles que investem em suas trajetórias profissionais, mas também sobre os critérios que contam para o ingresso na atividade e que permitem estruturar os espaços sociais. Assim, esse capítulo permitirá formar um quadro geral tanto das características sociais que contam para entrar na carreira profissional de delegado de polícia e crescer na sua hierarquia interna, como da forma que é estabelecida a dinâmica profissional dos delegados que perpassam em algum momento de sua trajetória pelo DEOTAP e como o mesmo está organizado.

A fonte principal de dados obtidos neste capítulo se constitui por questionários aplicados e entrevista, todavia informações complementadas por fontes secundárias, a saber: dados fornecidos por currículos e produções já realizadas anteriormente (Anuários, textos, currículo Lattes, escavador, entrevistas para jornais e perfis que foram publicados na Internet sobre os delegados entrevistados). Vale salientar que com o avanço com dos questionários e entrevistas biográficas com estes delegados, permitiu levantar uma série de informações a respeito das trajetórias de vida desses delegados, incluindo tanto sua vida familiar, como profissional e política, para investigar os padrões de carreiras e recrutamentos estabelecidos.

A relevância deste estudo está relacionada a dois campos. A primeira é a especificidade histórica das profissões no Brasil e as peculiaridades do uso dos prestígios sociais. A segunda é a contribuição de ordem teórica e metodológica para pensar os processos de profissionalização do Direito, especificamente dos delegados de polícia e ascensão profissional. Essas duas questões mais gerais possuem algumas variáveis passíveis de uma reflexão sociológica. Em relação à primeira, entende-se os desdobramentos estão relacionados ao papel fundamental do Estado nos processos de profissionalização no Brasil. Conforme a segunda questão, a relevância deste estudo está em mostrar que a profissão é um espaço de confronto e de construção de carreira imerso nas estruturas sociais e de capitais sociais diferenciados. Nesse sentido, a análise das trajetórias sociais e profissionais dos delegados do DEOTAP se torna um instrumento metodológico importante, uma vez que através desses instrumentos investigados é possível apreender o conjunto dos recursos sociais acumulados e quais deles têm chance de serem reconvertidos dentro da atuação profissional dos delegados.

1 CAPÍTULO I: DO ESTADO DA ARTE AO MODELO DE ANÁLISE

Primeiro buscaremos elucidar como as abordagens a respeito da “corrupção” enquanto elemento analítico e empírico fez surgir uma rede de estudos que constituem uma linha científica sobre o tema dentro nas áreas de pesquisa das ciências sociais. Desempenhando então um papel significativo no crescente interesse de estudos desenvolvidos, transformando então assim a “corrupção política” em um elemento de debate público, enquanto tópico de debate a respeito da democracia brasileira, revelando aspectos sensíveis ocultos de ordem política na formação do Estado brasileiro. Fernanda Rios Petrarca e Alberto Vannuci (2021) nos apresentam um panorama da agenda científica a partir dos múltiplos cortes analíticos, metodológicos e abordagens que consideram a importância central numa melhor análise acerca da compreensão interna e mecanismo da corrupção.

A atenção na corrupção como uma prática socialmente construída é analisada a partir de várias fontes empíricas que buscam demonstrar como a difusão generalizada da corrupção possui uma forma dinâmica própria no sistema político, interferindo e influenciando a politização da questão anticorrupção e, portanto, a eficácia da anticorrupção emergente como forma de combate. Os estudos em voga analisados pelos autores apresentam esquemas no modelo de análise a respeito da corrupção, assim constroem então uma agenda de pesquisa seguida de tais movimentos: o primeiro é a questão econômica que analisa as escolhas individuais e os processos de tomada de decisão nas organizações sociais, políticas e econômicas. O segundo está vinculado às abordagens culturalistas, analisando como a cultura política afeta as relações morais dos indivíduos e as restrições normativas. E por último é o neoinstitucionalismo, que busca compreender os mecanismos que regulam as interações realizadas nas redes de troca corruptas e o papel desenvolvido pelas instituições formais e informais (Vannucci, Alberto; Petrarca, Fernanda Rios, 2021).

Assim, esses conjuntos de modelos de análise, sobretudo, visam demonstrar em que medida as barreiras normativas são definidas pelo um conjunto de valores de uma sociedade, que contribuem de determinada forma para estruturar as considerações acerca dos indivíduos frente às oportunidades de corrupção. No Brasil, por exemplo, o que temos é uma determinada concentração de estudos na tese do patrimonialismo e no peso das relações pessoais, que são referenciadas nas obras de Faoro (2001) e Holanda (2016) que demonstram como a corrupção é um fruto acerca dos problemas da colonização portuguesa e como resultou num problema que cristalizou uma cultura política nacional desenvolvida sem uma ruptura com as práticas tradicionais.

Outro viés necessário para essa pesquisa que contribui também refletir sobre os processos de análise acerca dos estudos frente às biografias e o peso das trajetórias elencadas sobre as elites jurídicas, sobretudo em Sergipe é o livro “Elites Jurídicas em Sergipe: recrutamento, recursos sociais e redes de relações” (Petrarca, Fernanda Rios; Da Mota Lima, Arthur Ives Nunes; Dos Santos Bomfim, Fagner. 2021) esta obra nos evidencia desde a formação de uma agenda internacional de pesquisas sobre elites e suas possíveis reconversões sociais, a priori a partir da sociologia de Pierre Bourdieu, elucida como se construiu teorias e pesquisas sobre elites e suas respectivas estratégias de manutenção, reprodução, transformação de capitais econômicos, culturais e simbólicos etc. Analisam-se então as principais problemáticas nos estudos de elites no Brasil e ainda destaca a necessidade central de uma sociologia capaz repensar os seus próprios conceitos a fim de compreender a dinâmica sócio-histórica nacional, tendo em vista as formas de dominação e organização política do Brasil. Logo, apresenta a sua importante contribuição na medida em que analisa a relação entre a expansão do judiciário e a dinâmica da política em Sergipe, entendendo que as relações políticas e os alinhamentos políticos-familiares são elementos centrais na constituição de um sistema de justiça e em contrapartida como os cargos e postos a serem ocupados no sistema jurídico sergipano se tornou um importante recurso para expandir o poder dos agrupamentos políticos. Por fim, esses estudos nos demonstram como os bacharéis em direito ocuparam um lugar central na política sergipana.

A elaboração de um esquema de análise para investigar o fenômeno da dinâmica profissional exercida por parte dos delegados na corporação da Polícia Civil, dentro do campo das ciências sociais se enquadra no que tange a respeito da sociologia das profissões, sociologia jurídica e pesquisas em torno do assunto que visam contribuir na precisão da análise sociológica. A respeito de um balanço da produção construída até aqui em relação às ocupações e profissões no Brasil, é possível buscar numa pesquisa (Bonelli; Nunes; Mick. 2018) onde se destaca 166 artigos apresentados nos encontros bienais do grupo de trabalho (GT) Ocupações e Profissões, da Sociedade Brasileira de Sociologia, entre 2003 e 2017.

A pesquisa destaca que em relação aos temas mais investigados durante o balanço do período 2003-2017, mostra os maiores números de estudos ligados às profissões jurídicas, de educação ou qualificação, de saúde, de segurança pública e forças militares, e de tecnologias de informação e comunicação. Isso demonstra que as pesquisas avançam dentro da sociedade conforme a sua estrutura de funcionamento tende a mudar, e despertar possibilidades de estudos teórico-metodológicos por parte dos pesquisadores, em analisar a sociedade.

Para que possamos nos contextualizar no debate que tange às produções realizadas em torno do GT citado, se faz necessário uma exploração a respeito. Apresenta-se com um desdobramento entre duas áreas, uma de produção a partir da escola anglo-saxônica de análise sociológica das profissões, vinculada a um tipo de pesquisa que valoriza a expertise da autonomia e o profissionalismo designado à formação do ensino superior e paralelamente a produção feita a partir de origem francesa que constrói uma sociologia dos grupos profissionais a partir de princípios mais inspirados no interacionismo e no marxismo. A sociologia francesa manteve-se de início uma análise crítica a meritocracia das profissões e grupos profissionais associados à classe dominante. Com uma análise mais próxima à questão de classes sociais.

Em decorrência do processo de globalização e inovações tecnológicas dentro do século XXI, houve grandes mudanças no funcionamento de determinadas profissões, sobretudo no modelo tradicional de profissão que persistiu ao longo do século XX (Bonelli; Nunes; Mick, 2018). Como por exemplo, as profissões no âmbito das carreiras jurídicas possibilitam um refinamento até mesmo em dinâmica com o Estado, assim como apresentado:

As relações entre as profissões e o Estado podem ser mais ambivalentes do que foram, mas não estão fragilizadas a ponto dos conselhos perderem o monopólio e o controle dos pares. Embora a cultura cívica esteja bastante entrecortada pelos negócios, a atuação político-institucional da Ordem ganha visibilidade quando ela se posiciona publicamente na crise política em curso. Do ponto de vista da confiança pública, as carreiras jurídicas de Estado ocupam posição significativa no atual contexto de investigação sobre os políticos e o uso privado de recursos do Estado, não configurando uma erosão homogênea da autoridade da expertise. (Bonelli; Nunes; Mick, 2018. P. 9).

O fato da emergência da participação jurídica dentro da cena política brasileira a partir dos últimos acontecimentos de corrupção, e a participação política de agentes jurídicos na esfera política, deixou mais nítido o exercício da investigação sociológica frente à questão teórico-metodológica de pesquisa nas ciências sociais brasileira. Sobretudo no enfoque a pesquisas de mudanças locais e buscando um alinhamento desse processo nacional, difundido pela semelhança causada através dos efeitos da globalização mencionada.

A partir do balanço feito considera-se que em termos do estado da arte das Ocupações e Profissões, dentro do GT dentro da sociedade brasileira de sociologia percorreu um caminho que deu mais densidade teórica à área, que se constitui hoje como um campo de investigação onde articula estudos empíricos e teórico-metodológicos, a respeito das possíveis dinâmicas da profissão que se pretende pesquisar. Dentro de um balanço feito para o que já se foi buscado para contribuir na análise desta pesquisa, a produção encontrada atualmente se

mostra atualizada e que avança gradativamente, assim sintonizada com o debate global, sem perder as especificidades do local, regional e nacional. Também teve uma prática aberta, de acolhimento e apoio à consolidação de novas expertises nas proximidades de seu saber” (Bonelli; Nunes; Mick. 2018). Demonstrando o impulsionar das investigações sociológicas frente à mudança de funcionamento no quadro profissional das carreiras jurídicas. Nesse caso, tendo como principal interesse a profissão de delegado.

1.1 As profissões jurídicas e os empreendimentos da carreira

A construção de agentes jurídicos hoje no Brasil não se restringe apenas à esfera do ambiente jurídico em que o profissional formado, se torna um bacharel capaz de gerenciar os problemas em torno da sua profissão. Diversos meios hoje se tornam como uma dimensão mobilizadora para a construção de uma trajetória profissional própria, em que se destacam nesse quesito por grande capilaridade em assumir determinada “causa” social dentro da esfera jurídica, como é o caso da luta contra corrupção, segurança pública, violência aos grupos vulneráveis e assim por diante, questões que mobilizam a sociedade e que em muitas das vezes são personificadas em agentes paladinos das causas frente ao Estado.

Os chamados «empreendedores jurídicos» participam ativamente dos processos de exportação e importação de práticas e modelos de justiça frente ao processo de globalização e a troca de experiências entre países. Tornam-se, assim, agentes de mudanças na ordem global e de reformas institucionais que propiciam a difusão de modelos de políticas e legislações, por exemplo, o mais afluente recentemente o combate à corrupção no plano internacional, que são interiorizadas por países periféricos como o Brasil. Dentro de um contexto geopolítico, econômico e moral neoliberal, são ainda mais incertos os efeitos dessa «cruzada anticorrupção» sobre a frágil democracia brasileira. O que buscamos aqui é compreender como as ciências sociais, sobretudo de forma mais específica como a sociologia jurídica e das profissões têm investigado o fenômeno da dinâmica profissional desses agentes jurídicos na corporação em que estão vinculados, em outras palavras busca-se uma compreensão dos empreendimentos feitos para que se ocorra a dinâmica profissional de cargos, trajetórias profissionais próprias e afins que visam prestigiar esses agentes a partir das causas que mobilizam.

Fabiano Engelmann, (2011), ao analisar os estudos das elites jurídicas enfatiza que:

Entre as diversas dimensões de análise relevantes para o estudo de elites pode-se destacar duas fundamentais. Em primeiro lugar, as condições de existência social e

política que concernem à diferenciação de um segmento específico de agentes em relação a outras espécies de grupos que se destacam no espaço de poder.

Nesta dimensão podemos situar os fatores institucionais, culturais e históricos que cercam a legitimidade dos atributos e a especificidade do poder exercido por determinado grupo. Em segundo lugar, é fundamental considerar os princípios que hierarquizam o campo de atuação do grupo que se pretende estudar. Aqui são relevantes as características sócio-demográficas predominantes, os perfis biográficos, os atributos valorizados pelo grupo, assim como, os recursos mobilizados pelos agentes na trajetória de ascensão à posição de destaque (Engelmann, 2011).

A partir disso irá se aproximar da realidade que se pretende investigar, buscando então a análise feita a partir das condições próprias dos agentes jurídicos e as condições de prestígios sociais que lhe foram atribuídas no decorrer da sua vida profissional. Rastreado de forma analítica as condições sociais demográficas, culturais e específicas, já que a política de funcionamento para se constituir enquanto elite jurídica e a dinâmica profissional se fazem de forma peculiar em cada objeto de análise.

A partir dos últimos acontecimentos no que tange os escândalos de corrupção no Brasil, tais como a lava jato, se apresentou diante da sociedade uma elite jurídica que se mostrou investigativa por meio dos órgãos públicos, capaz de intervir nos problemas institucionais e burocráticos do Estado. Dessa forma, pode-se afirmar que existe uma elite judicial em determinado contexto quando temos um conjunto de agentes que exerce um poder calcado no predomínio da expertise jurídica e relativamente autônomo em relação a outras espécies de poder político e burocrático.

Segundo Engelmann (2011) “A construção institucional da independência das carreiras jurídicas de Estado envolveu no debate constituinte de 1986 uma grande mobilização dos juristas, com a ação das associações e a participação de parlamentares com fortes vínculos com o campo jurídico”. Os efeitos desse processo se tornam mais públicos no período da redemocratização em que se via o ascenso de trabalhos teóricos a respeito da problemática da “judicialização da política” (Vianna, 1999) e do ativismo judicial ao longo das décadas de 90 e 2000, algo que não se limita a este período. De fato, esse fortalecimento institucional e simbólico das carreiras jurídicas está vinculado ao processo histórico-social da profissão jurídica no Brasil, uma vez que bacharéis em direito desde o período do império se mostraram como braço direito do Estado. Por exemplo, as pesquisas já desenvolvidas sobre os perfis dos ministros do STJ e STF atuando no Brasil na década de 2000 indicam padrões de carreira

profissional onde o domínio da expertise jurídica e a detenção de capital político aparecem imbricados. (Marengo e Dal Ros (2008), Engelmann (2010) e Almeida (2010).

É necessário assim uma análise voltada para os trajetos profissionais e políticos dos agentes jurídicos posicionados em suas respectivas áreas de atuação, para fins de registrar como existe uma determinada importância na inserção em redes políticas regionais e nacionais, assim como, em redes associativas combinada com uma longa carreira de magistrado. Em diversos desses casos, é nesse contexto que os agentes jurídicos se deparam com a causa social em que empreendem sua carreira, a fim de tornar a causa como bandeira personificada, na construção da agenda profissional própria. A expertise dos agentes jurídicos continua valorizada pela burocracia política que precisa legitimar suas ações em um contexto de crescente juridicização das ações de governo, principalmente nos momentos de crises democráticas nas quais vivemos recentemente.

1.2 O fenômeno da politização do direito

No que tange aos objetivos desta pesquisa que busca também compreender o fenômeno da politização do direito frente à política institucional, se faz necessário um levantamento do que já se tem produzido dentro das ciências sociais. Engelmann (2022) nos apresenta um esquema de análise para o fenômeno da "politização" do direito, observado particularmente a partir da década de 90 no Brasil. Para o autor a abordagem investigada considera que este comporta para sua apreensão de dois conjuntos de variáveis: Um primeiro, capaz de explicitar a diversidade social dos agentes públicos que hoje ocupam posições nas diversas carreiras jurídicas de estado e, um segundo, que considere o aumento das demandas pela efetivação de direitos, amparados em larga medida na Constituição de 1988. A relação entre estas duas dimensões são consideradas como hipótese explicativa para as transformações no papel institucional, principalmente, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Para Engelmann a conjuntura político institucional do Brasil tem como marco de sua redefinição, a Constituição de 1988. A partir desta nova carta política vislumbra-se a restauração das garantias individuais e políticas perdidas ao longo do regime militar. Este novo marco institucional, ao afirmar o Estado de Direito Democrático reforça o papel das instituições relacionadas à atividade jurisdicional. Neste sentido, é possível uma maior autonomia das profissões jurídicas e a órgãos que garantem direitos consagrados na

Constituição, assim como nas legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério Público Federal e o Código de Defesa do Consumidor, por exemplo.

Em seu trabalho destaca que no âmbito das carreiras jurídicas uma das expressões visíveis da diversificação nas lutas pela definição do direito legítimo, aparece no espaço das tomadas de posição constatada por (Vianna, 1999 e Arantes, 1997) como "politização" do Poder Judiciário nas décadas de oitenta e noventa. Por um lado, há uma "judicialização da política" (Vianna 1999), cujos exemplos dados pelo autor são as ações diretas de inconstitucionalidade junto aos tribunais superiores, onde está expressamente em pauta a disputa em tomo do sentido da regra constitucional. Este tipo de ação judicial remete para os tribunais superiores, disputas regionais entre representantes dos poderes executivo e legislativo, pautando o que se poderia estabelecer como um problema tradicional da arena política, na esfera jurídica. Nas palavras do autor esse conflito se apresenta de tal forma:

Esta "transferência" pode implicar também num imbricamento maior entre as esferas políticas e jurídica no sentido do trânsito de quadros e relações estabelecidas entre agentes que se movem entre esferas de poder. A própria organização interna da instituição opõe os concursos públicos para a justiça de primeiro grau às indicações para a composição dos tribunais superiores, tendendo a clivagem entre instâncias judiciais que julgam conflitos inter-individuais ou referentes, predominantemente, ao direito privado, como a justiça de primeiro grau; e os tribunais superiores mais "políticos" (Engelmann, 2002, p. 2).

Em sua dimensão analítica Engelmann vai identificar que, “nas lutas pela definição do direito, o recurso à “constitucionalização” superpondo o “direito público” ao “direito privado” se confronta numa maior "abertura" da interpretação da regra jurídica, possibilitando assim, sua "politização".

Há por outro lado também, relacionado a esta "abertura da arena jurídica", particularmente a partir da década de 90, uma "judicialização da vida social" com a crescente entrada para o cenário dos meios jurídicos de um conjunto de problemas identificados ao “novo direitos públicos” (direito do consumidor, direitos humanos, direitos ambientais, direitos sociais e outros). Em termos gerais, esta "judicialização" também se caracteriza pelo aumento da mediação de conflitos do Judiciário.

A maior legitimação do Judiciário e das instituições ligadas ao meio jurídico pode ser confrontada a um efeito de "descrença" nos canais tradicionais de mediação dos conflitos sociais. Efeito relacionado ao mesmo tempo à diversificação social do recrutamento e às novas definições institucionais das carreiras jurídicas (envolvendo prerrogativas constitucionais e garantias legais, como vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de salários, etc.), que lhes garantem relativa autonomia em relação a outras esferas de poder

como o poder executivo e legislativo. Ou seja, estas garantias representam condições de possibilidade, quanto às disposições dos novos agentes recrutados que vão redefinir os usos sociais dessas carreiras projetando-as para além de um espaço jurídico restrito e, frequentemente, em enfrentamentos com os outros poderes de estado (Engelmann, 2002, p. 3).

Engelmann assim registra que especificamente, crescem dentro do espaço jurídico segmentos como os promotores públicos e os procuradores da República que passam a atuar em nome da “moralidade pública legítima”. No caso do Ministério Público, o mesmo vai constatar que o monopólio da atuação “em nome da sociedade” legitimado através de garantias institucionais, traz uma percepção da sociedade brasileira como incapaz de defender autonomamente seus direitos, assim como, uma crítica aos canais tradicionais de mediação política, como os partidos políticos e o sistema representativo como um todo, associados às práticas de corrupção e clientelismo. (Arantes, 1999)

Sobre a estruturação do espaço jurídico e seus princípios de hierarquização Engelman vai salientar que os trabalhos (Bourdieu, 1986, Dezalay, 1989) fornecem indicações que auxiliam no mapeamento mais amplo do espaço de concorrência jurídica:

“As práticas e os discursos jurídicos são com efeito o produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência, ou mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas” (Bourdieu, 1986 pp. 3, 4 *Apud* Engelmann, 2002, p. 5,6)

Esta investigação nos leva a uma abordagem de análise dos mecanismos de recrutamento utilizados nas diversas carreiras jurídicas instituídas por ritos, símbolos e garantias legitimadas na força do estado e as diferentes posições em que os agentes portadores desses recursos estão inseridos na esfera jurídica.

A respeito do processo de politização do direito e o perfil dos aspectos mobilizadores, Engelmann vai pontuar que como dimensão analítica temos como centralidade na realidade do Brasil o seguinte desafio:

No caso brasileiro, falta uma análise mais aprofundada das relações entre a entrada dos novos agentes nas carreiras de estado e suas respectivas aspirações, disposições sociais, herdadas ou adquiridas, em sua socialização prévia a estas carreiras. Os tipos de engajamentos no movimento estudantil, as pré disposições adquiridas do grupo familiar, bem como, a relação deste conjunto de disposições que engendram práticas e são operacionalizadas em sua relação com as condições e contextos práticos de ação. (Engelmann, 2002, p. 199)

A apreensão das relações destes bacharéis com outras esferas sociais no curso e na socialização prévia à entrada nas carreiras de estado permite, relacionar suas "propriedades de posição e de disposição", para apreensão de certos padrões de recrutamento e de modalidades de disposições que conduzem a determinadas adesões políticas. Neste sentido se permite, no âmbito das confrontações doutrinárias, investigar as afinidades objetivas entre a posição social e a disposição, a propensão para posturas de "vanguarda" no enfrentamento ou "conservação" das regras e tradições do mundo jurídico (Engelmann, 2002).

Em uma análise feita por esse caminho, os indicadores citados nos forneceram algumas pistas gerais a respeito da estrutura de capital (cultural, político, econômico) e posição social dos respectivos profissionais com o objetivo de aprofundar as análises que até aqui foram construídas a respeito do exercício profissional e das tomadas de posição desses agentes jurídicos, seja no âmbito dos respectivos espaços de atuação profissional ou em outros espaços sociais em que tenham atuado, visando também aprofundar o conjunto de recursos políticos, profissionais e militantes que mobilizaram e acionaram no decorrer de suas atividades profissionais.

1.3 Profissão de delegado de polícia no Brasil

Em um estudo desenvolvido por Bonelli (2009), a construção histórica dos delegados de polícia se deu em detrimento desse grupo profissional na esfera jurídica mais atrelada ao governo e por conta disso, esteve também à interferência política. Devido a sua própria necessidade de surgimento, na garantia de caucionar segurança e domínio local das elites. Segundo a autora, a origem deste quadro de funcionamento no Brasil se constrói no poder central do Império, em 1841, tendo como finalidade impor a ordem centralizadora e controlar a resistência nas localidades onde existia esta estrutura hierárquica para a polícia judiciária e investigativa.

A respeito da análise da história construída a respeito da profissão dos delegados no Brasil, deve ser feita uma leitura histórica desta profissão visando o melhor entendimento do processo que o sistema jurídico brasileiro desenvolveu, proporcionando assim maiores condições de compreensão dos fatores históricos determinantes. Segundo Petrarca (2018), é possível identificar quatro momentos diferentes que representam formas distintas de inserção no espaço jurídico, e paralelamente, a relação com a classe política.

Para a autora, é possível caracterizar a partir do período colonial a primeira República

(1889): O direito nesta fase histórica representou uma estratégia importante de expansão do poder das famílias na política local, estadual e federal. Essa característica vai do período colonial até a primeira República brasileira (República Velha-1889) e diz respeito ao investimento feito por um conjunto de famílias, onde faziam da formação dos filhos uma garantia do controle político do judiciário. Assim, as famílias que controlavam a política controlavam também posições de poder no judiciário. Com a República, esse sistema não foi quebrado, mas se expandiu para dentro do setor jurídico produzindo uma elite jurídica fragmentada e diversificada.

Em segundo momento, Petrarca (2018) apresenta uma configuração do judiciário brasileiro enquanto aliança política, ou seja, neste momento se deu a expansão do poder das famílias na política, assim resultando também numa diversificação das redes que passaram a incluir os aliados políticos. Dessa forma, membros do judiciário integram as alianças entre diferentes grupos políticos. Esse período se caracterizou mais especificamente da República Velha até 1945, tendo como marco a Constituição de 1946 que impôs novas regras ao Judiciário, delegando maior autonomia.

Ainda conforme analisado por Petrarca (2018), o terceiro momento se denomina enquanto amizade profissional, está caracterizada como uma possibilidade de inserção no espaço jurídico, assim decorrente da autonomia institucional do judiciário, as redes profissionais estão associadas a alianças obtidas no interior do ofício jurídico. Para a autora, a principal característica deste padrão é o deslocamento das redes de base familiar, sustentadas pelos acordos entre as famílias dirigentes para redes sustentadas pela amizade profissional e política. Esses eram os laços que marcavam a relação do judiciário com a classe política.

Por fim, a autora demonstra que a inserção no universo jurídico também se constitui a partir da Imparcialidade Institucional, pois a constituição de 1988 permitiu ao judiciário uma maior autonomia diante da classe política com a retomada de alguns princípios perdidos com a ditadura militar, como o processo de recrutamento, e adquirindo maior liberdade institucional.

Esses quatro momentos apresentam diferentes dinâmicas nas formas de estruturação do judiciário brasileiro ao longo do tempo, além de possibilitar a compreensão das dinâmicas das profissões inseridas neste universo, sobretudo no que tange a configuração do corpo profissional dos delegados no Brasil. Segundo Bonelli (2003), é a partir do império que surgem os primeiros delegados, os quais exercem a determinada função centralizadora do Estado.

Surge, portanto, com uma conotação política muito forte, já que tal iniciativa buscava controlar o poder local, atribuindo aos delegados muitas das funções que até então cabiam aos juízes de paz. Esses delegados eram inseridos em uma estrutura hierárquica composta por chefe de polícia (escolhido entre desembargadores e juízes), delegados de polícia e subdelegados (escolhidos entre juízes e outros cidadãos) e exerciam funções de polícia administrativa e judiciária. Sua organização inicial é extremamente atrelada à lógica de classe e à burocrática. (Bonelli, 2003).

Desta forma, o estudo citado acima caracteriza as atuações iniciais dos delegados no Brasil, as quais mantinham o foco principal na garantia do controle do poder local, construído e estabelecido pelas famílias. Assim como desenvolvido e aqui já apresentado por Petrarca (2018), para a autora é nesse momento em que se estrutura uma forma de domínio jurídico e político.

O direito adquiria um forte caráter político e o conhecimento jurídico, obtido no interior das faculdades, era mobilizado para a intervenção política e para a capacidade de construção do Estado. O judiciário assim se torna um espaço de equilíbrio entre as disputas das famílias pelo controle político. (Petrarca, 2018, p. 08).

Assim, a profissão de delegado emerge com o papel jurídico e político, em que se exercem suas atribuições profissionais dentro do judiciário, e, paralelamente, garante um determinado “controle político” da rede a qual o delegado integra; aqui neste momento histórico, caracteriza-se às redes construídas pelas famílias destes (delegados).

Bonelli (2003) em um estudo sobre a política das profissões jurídicas no país caracteriza que em 1871, período anteriormente aqui já evidenciado, também ocorre uma mudança muito significativa que distingue a função policial da justiça e as funções determinadas aos cargos dos delegados. A autora afirma ainda que regularmente, o inquérito policial está sendo de sua responsabilidade exclusiva. Para a autora, determinada mudança ocorrida na origem dos delegados provoca uma queda de prestígio desta profissão, já que eles deixaram de serem necessariamente bacharéis e muitos passaram a ser dependentes das elites locais. Isso deve causar uma mudança na dinâmica profissional, desde sua inserção neste espaço até a funcionalidade do cargo na época, em que se cunhava na maioria das vezes na garantia do poder familiar. Porém, nessa estrutura ocorreram mudanças a partir da lógica de funcionamento do período histórico que se passava e paralelo a isso, também ocorreram mudanças nas atuações destes delegados a partir das exigências de participação no espaço jurídico e político que se desdobravam.

Desse momento em diante, Bonelli (2003) caracteriza distintos momentos no processo

de evolução da profissão de delegado no Brasil, iniciando-se a partir do processo de valorização e de técnicas da investigação criminal, a autora apresenta que muitas modificações e reformas foram sendo traçadas na carreira profissional dos delegados durante esse período até a Constituição de 1946, e ainda que nesse momento existisse uma melhor definição do exercício a ser cumprido, não se foi constituído durante esse desenvolvimento histórico uma autonomia da profissão, fazendo com que fosse possível permanecerem determinadas práticas anteriores; “nomeações pelo governo, à demissão e a transferência e os valores do clientelismo e a perseguição política” (Bonelli 2003).

Ainda nos apresentando uma configuração dos períodos históricos que enfrenta a categoria da profissão de delegado, Bonelli (2003) demonstra que em 1946 a forma de adesão que ocorreu na carreira foi através da forma de concurso de provas e títulos, neste momento passa-se a ser adotada uma política de adesão através da posse do título de bacharel em direito. Entretanto, a lógica de distribuição destes profissionais nos seus respectivos postos de atuação, tal quais as transferências e remoções, ainda permanecem como fonte de controle para o governo. Essa situação só terá uma transformação significativa a partir da Constituição de 1988, em que a carreira de delegado se aproxima ao perfil profissional, e as mesmas garantias dos demais magistrados e procuradores, assim contribuindo para o descenso das nomeações políticas, demissões e determinações não previstas por parte do governo.

No que se refere a sua organização, apesar de terem conquistado uma estrutura organizacional mais horizontalizada, baseada no princípio da autonomia tanto para a condução das investigações quanto para o controle do inquérito policial, características que remetem à lógica profissional, os delegados apresentam ainda uma estrutura burocrática de organização do trabalho. Esse caráter burocrático se deve, em grande parte, à preocupação por parte do governo em manter a instituição sob controle, temendo sua insubordinação, já que é uma carreira armada.

No próprio interior do mundo do direito são encontrados aspectos que tornam vulnerável a consolidação da lógica profissional entre os delegados. O fato de serem bacharéis em direito não é suficiente para lhes conferir legitimidade entre as demais carreiras jurídicas. Isso porque a formação acadêmica dos delegados de polícia é extremamente estigmatizada, visto que a maioria deles é proveniente de cursos considerados de baixa competitividade e ainda despendem um número maior de anos para concluí-los (Bonelli, 2003).

Porém, como citado acima acerca destas mudanças determinantes e estruturantes por parte do Estado, a mesma pesquisa desenvolvida afirma que: apesar das conquistas obtidas

pelos delegados de polícia, no mundo do direito eles permanecem como a carreira mais fragilizada no aspecto da ideologia profissional. Muitos são os fatores que colaboram para essa fragilidade, englobando características sociais, profissionais, políticas e institucionais (Bonelli, 2003).

Tais fatores internos da burocracia do Estado, e por parte das demais profissões da esfera jurídica, confrontam-se paralelamente aos externos no que dizem a respeito às similaridades das trajetórias dos delegados, assim apresentando variáveis significativas durante o percurso traçado por esses delegados, possibilitando um perfil a ser construído da profissão.

De forma mais específica que essas disputas simbólicas em relação por mérito da origem, os recursos sociais dos delegados também são desconsiderados na esfera jurídica. Isso decorre em detrimento a uma estigmatização construída por parte dos magistrados e procuradores da justiça, no que tange ao fato dos delegados irem além do conhecimento jurídico, como também atuam com a arma e o mundo da violência, do crime e por estarem propícios a situações que colocam suas vidas em risco. Em paralelo, os delegados apresentam que além de obterem a valorização do conhecimento técnico-jurídico, possuem também um preparo emocional e moral para enfrentar determinadas situações, Bonelli (2003).

Para essa ambiguidade que se encontra no que de fato seria a disputa de uma consolidação da carreira de delegado dentro do universo jurídico, Freidson (1996) e Bonelli (2003) nos concedem uma melhor compreensão em analisar que:

Os membros da profissão não são homogêneos entre si, devido à diferenciação por funções. Os segmentos da profissão seriam administradores (que determinam como e onde os praticantes podem atuar), raticantes (que divulgam a profissão, se relacionando diretamente com os clientes) e acadêmicos (que produzem o conhecimento abstrato e formal no qual a profissão se apoia). Outras características que os diferenciam são as especialidades concretas e a relativa proeminência como líderes culturais, políticos e intelectuais, dentro ou fora da profissão. O autor afirma ainda que os elementos essenciais do profissionalismo estão se transformando em direção a uma hierarquização, na qual as elites das profissões passam a exercer autoridade técnica, administrativa e cultural ainda maior, controlando cada vez mais os outros segmentos da profissão. (Bonelli, 2003, p. 113; apud Freidson 1996).

Neste caso, a profissão do delegado se assemelha no que se identificam como “raticantes” aqueles que tendem a ter um contato direto com a população, atuando através dos inquéritos policiais, que por meio da lógica de hierarquização das profissões que decorrem do sistema jurídico, não se destacam dentro do profissionalismo das elites jurídicas.

Portanto, Bonelli ainda na mesma pesquisa citada, demonstra a respeito da construção

das profissões que fazem parte do universo jurídico, sinalizando que:

Todas as carreiras encontram a discussão e a tensão de delimitar a linha que separa o profissionalismo da política, pois são carreiras com atuação próxima ao Estado. Embora estejam associadas à política em graus diferenciados, essas carreiras parecem ter encontrado e desenvolvido uma maneira eficaz de se diferenciar e consolidar sua independência que é a política do profissionalismo, aparecendo nas carreiras jurídicas sob o rótulo da judicialização da política. (Bonelli, 2003, p. 113).

Desta forma, constata-se que apesar dos momentos históricos vivenciados pelos profissionais e paralelamente os impasses via Estado e do próprio corpo das profissões jurídicas, os delegados ainda assim se integram à dinâmica do universo jurídico, assim ligada à “judicialização da política”, possibilitando determinada construção de uma trajetória profissional.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa buscamos então o alinhamento a partir da problemática semelhante aos estudos a respeito das biografias e trajetórias profissionais do judiciário brasileiro, sobretudo em Sergipe (Petrarca; Lima; Bomfim, 2021) que visam contribuir na contextualização e compreensão das mudanças históricas e sociais que impactam o judiciário ao longo do tempo, no caso dessa pesquisa vinculando as trajetórias dos delegados da Polícia Civil de Sergipe. Isso é fundamental para entender como o sistema se adaptou e evoluiu diante das transformações na sociedade, analisar as trajetórias profissionais dos membros do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP proporcionará uma compreensão mais profunda do funcionamento interno das instituições policial. Isso inclui como as carreiras são construídas, as etapas de ascensão profissional e as influências que moldam os profissionais ao longo do tempo.

De modo geral, colocam em relevo o peso dos recursos sociais, sejam eles de origem familiar, política ou profissional, para o acesso às posições jurídicas. O exame desse ofício a partir do *background* social dos seus dirigentes permite compreender os padrões e as condições de ascensão profissional, assim como das estratégias que caracterizam o acesso às posições de maior prestígio nesta atividade. (Petrarca; Lima; Bomfim, 2021, p. 116)

Assim, o exercício investigativo a partir da problemática de reconstruir analiticamente os processos de recrutamento, as estratégias, os recursos sociais dos delegados sergipanos e a estrutura de capitais é o elemento central dessa pesquisa. Como mencionado acima, um caminho que viabilize a compreensão a respeito dos padrões e condições na ascensão profissional, neste caso os delegados membros do DEOTAP.

2 CAPÍTULO II: AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA POLÍCIA CIVIL EM SERGIPE

Este capítulo tem como objetivo analisar as condições sociais e históricas de desenvolvimento da Polícia Civil em Sergipe. Como dito na introdução deste trabalho, a investigação das condições históricas visa identificar o conjunto das transformações institucionais e a formação de uma nova dinâmica que contribui para orientar as trajetórias profissionais, funcionando como “condições de possibilidade”. Tais mudanças institucionais oferecem um novo campo de possibilidades aos profissionais, orientando assim suas trajetórias.

Neste contexto frente luta contra a corrupção, a Polícia Civil em Sergipe eleva o seu empenho profissional nesse viés a partir da criação do Plano Nacional de Combate a Corrupção e a Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e lavagem de dinheiro (ENCCLA), desenvolvido em 2003 a nível nacional. Desde então ocorre um determinado incentivo de ordem federal para que os estados da República Federativa do Brasil desenvolvessem diante de seu contexto regional órgãos, laboratórios e departamentos capacitados que fossem responsáveis por investigar especialmente crimes de lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos.

Assim, as principais ferramentas institucionais desenvolvidas no combate a corrupção em Sergipe compõem o cenário nacional das políticas vinculadas a tal causa, compreende-se então que os mesmos são reflexos das mudanças estabelecidas em nível federal. Dessa forma, o novo modelo institucional adotado, sobretudo após 2003, conforme descrito anteriormente neste texto, pelo governo federal foi fundamental para conferir ao judiciário e ao Ministério Público um protagonismo político na luta contra a corrupção. Essa determinada adoção de novas medidas, se constroem através de um reflexo da influência internacional por meio de acordos e cooperações, assim o que resultou a inserção do país em organismos internacionais de combate a corrupção e no treinamento dos agentes nacionais como garantiu autonomia e independência aos órgãos de investigação.

Tabela 1: Órgãos de Combate à Corrupção em Sergipe

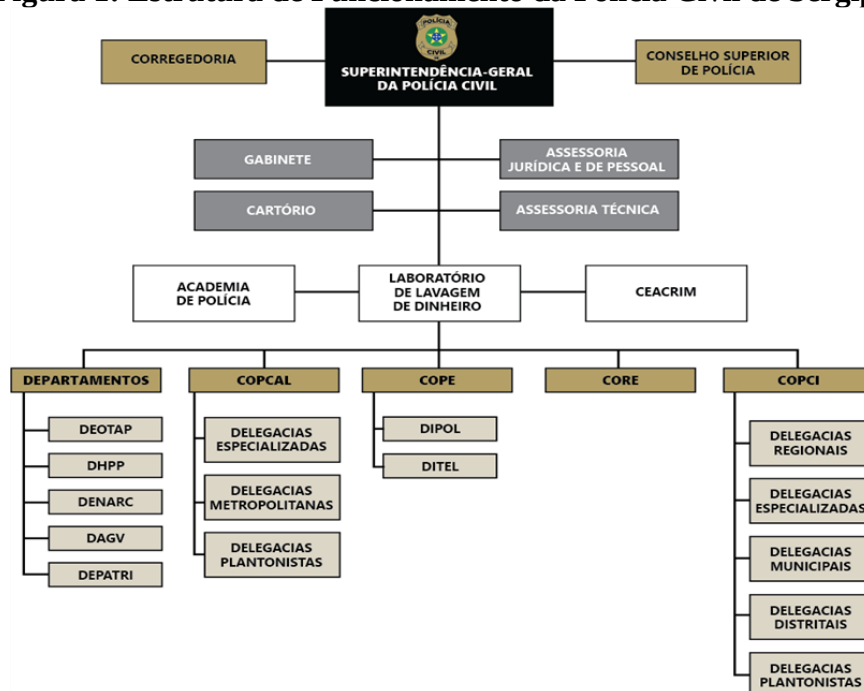
Instituições	Ano
Ministério Público Estadual	2011
Tribunal de Contas do Estado	2015
Polícia Civil	2008

 Fonte: Petrarca (2022)

2.1 A estrutura de funcionamento e o Sistema organizacional da polícia civil em Sergipe

É dentro desse contexto histórico que a Polícia Civil do Estado de Sergipe vem construindo sua trajetória profissional. De forma que se assemelham aos demais estados do Brasil seguindo as suas secretarias estaduais, a mesma é subordinada à Secretaria de Segurança Pública (SSP/SE) fazendo então parte do poder executivo estadual visando à ordem pública. Tendo sua organização de funcionamento da seguinte forma:

Figura 1: Estrutura de Funcionamento da Polícia Civil de Sergipe



Fonte: Polícia Civil de Sergipe, 2019.

Abaixo, destacam-se alguns departamentos cuja especialização tem contribuído significativamente com a Segurança Pública do Estado;

2.2 Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP)

O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa tem como atribuição principal a investigação de crimes contra a vida tipificados como homicídios dolosos consumados. Para o cumprimento dessa atribuição, a investigação do departamento também alcança outras mortes

com sinais de violência, ou seja, com possibilidade de se tratar de casos de homicídio. O DHPP tem como área de circunscrição a capital Aracaju e os municípios de Nossa Senhora Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão.

Aracaju é dividida no âmbito administrativo operacional pela Secretaria de Segurança Pública de Sergipe em três divisões, sendo que a 2ª divisão, além da Zona Norte, ainda atua no município da Barra dos Coqueiros, conforme tabela abaixo. As duas últimas divisões atuam, respectivamente, em Socorro e São Cristóvão.

Além da equipe diretiva, o DHPP conta com oito delegados de polícia, 16 agentes cartorários e 36 agentes de polícia, que atuam diretamente nas investigações e captura de presos. Ademais, o Departamento de Homicídios dispõe de 16 servidores que trabalham na equipe de Plantão, no pronto atendimento em local de crime de homicídio consumado, de suicídio e de afogamento. No ano de 2018, foram lotados 15 servidores para incrementar a equipe de Local de Crime, que passou a atuar também em locais de crime de homicídio tentado, conforme Recomendação nº 001/2018 do secretário de Segurança Pública.

2.3 Departamento de Narcóticos – Denarc

O Denarc se tornou um dos maiores símbolos de combate ao tráfico de drogas de Sergipe. Esta unidade da Polícia Civil permitiu aos gestores da segurança pública dispor de um estudo completo dos hábitos do tráfico, passando pela identificação criminal de cada território, mapeamento das rotas do tráfico em Sergipe e no Nordeste, reforço e criação do Núcleo de Inteligência, parcerias estratégicas com outras polícias estaduais e a Polícia Federal. Além de estimular as parcerias com órgãos externos, o Denarc também oferece suporte às delegacias do interior do Estado que necessitam de uma investigação mais detalhada. O reflexo de todo esse trabalho especializado tem alcançado ao longo dos anos a marca de prisões e apreensões de drogas ilícitas.

Outra parceria firmada pelo Denarc, até então considerada um avanço foi com o Instituto de Identificação de Sergipe. O Núcleo de Inteligência e Apoio à Atividade Policial do Instituto de Identificação é responsável por positivar os fragmentos papilares em objetos de crimes apreendidos em operações da Polícia Civil, dando um grande aporte de prova ao inquérito policial nas respectivas operações do departamento.

2.4 Departamento de Atendimento aos Grupos Vulneráveis – DAGV

O DAGV é uma das unidades mais importantes da Polícia Civil de Sergipe no que tange a proteção dos direitos das minorias e dos considerados grupos vulneráveis. O DAGV atua em três eixos distintos e complementares, a saber: Prevenção: sensibilização e mobilização da sociedade, através de ações afirmativas como palestras, entrevistas e distribuição de cartilhas, entre outros. Acolhimento: atendimento das vítimas por profissionais qualificados; e Repressão: investigação e instauração de procedimentos.

O DAGV é composto de quatro delegacias especializadas, são elas: Delegacia Especial da Criança e do Adolescente Vítima (DEACAV), Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), Delegacia Especial de Crimes contra Idosos e Deficientes (DEAIP) e Delegacia Especial de Crimes Homofóbicos, Raciais e de Intolerância (DEACHRI)

2.5 Departamento de Crimes contra o Patrimônio – Depatri

O Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri) foi criado em 2017 com a incumbência de centralizar o combate aos crimes contra o patrimônio. O Depatri é composto por unidades consagradas no combate ao crime, a saber: Delegacia de Roubos e Furtos (DEROF), Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), Delegacia de Combate a Roubos a Ônibus (DCRO), Polícia Interestadual (Polinter), Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC) e Delegacia de Defraudações e Combate à Pirataria (DDCP).

3 CAPÍTULO III: ANÁLISE SÓCIO HISTÓRICA DO DEPARTAMENTO DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DEOTAP

Segundo o site da Polícia Civil de Sergipe¹, o DEOTAP é especializado em investigar fraudes, desfalques, sonegação de impostos, enfim, “crimes de colarinho branco”, o Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública é uma unidade especializada da Polícia Civil que surgiu no ano de 2009 a partir da fusão da antiga Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária (Deot) com o Núcleo de Combate a Crimes Contra a Administração Pública (Nuccap), então ligado ao Centro de Operações Policiais Especiais (Cope). As operações realizadas por esta unidade da Polícia Civil têm altíssima repercussão midiática, seja por causa das pessoas que são presas, seja por causa das somas de valores que o Deotap consegue recuperar para os cofres públicos.

Desde então, ele se dedica a um trabalho de investigação que, além da prisão de sonegadores, o que assim permitiu a recuperação de aproximadamente R\$200 milhões em impostos sonegados ou desviados dos cofres públicos. Entre os anos de 2009 e 2013, foram realizadas 14 operações e centenas de inquéritos policiais para apurar crimes financeiros, onde 49 envolvidos em tais crimes foram presos. Algumas operações ganharam grande repercussão midiática, como a “João de Barro”, em agosto de 2009, que resultou na prisão de contadores e empresários envolvidos em um esquema de sonegação criado para beneficiar firmas de construção civil, as quais repassavam as dívidas de impostos para empresas ‘fantasmas’ e causaram um prejuízo milionário.

O impacto positivo foi imediato, a começar pelos débitos das empresas que foram pagos. “As construtoras pagaram, foram arrecadados cerca de R\$50 milhões na época. Eles discutiam juridicamente e diziam que não eram responsáveis. E depois que a gente prendeu, descobriu tudo, todos pagaram o que deviam”, explica a delegada Danielle Garcia Soares, diretora do Deotap em exercício durante a operação. O valor recuperado é quase igual aos R\$48 milhões investidos na época pelo Governo de Sergipe na recuperação de mais de 110 quilômetros de rodovias que cruzam a região norte do Estado.

Ela acrescenta que, como resultado, o departamento passou a ser procurado por órgãos como a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), o Ministério Público Estadual (MPE), a

¹ História da Polícia Civil. Polícia Civil SE, 2019. Disponível em: <https://policiacivil.se.gov.br/historia-da-policia-civil/>. Acesso em: 10/01/2023.

Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Controladoria Geral do Estado (CGE). “A demanda começou a crescer demais, e de forma muito rápida, porque os Ministérios Públicos começaram a mandar coisa pra gente, processos de crimes contra a administração pública, problemas em prefeituras, fraudes em licitações e essa parte começou a ganhar corpo”, afirma à delegada.

Desses contatos, surgiram parcerias importantes para fortalecer o combate aos crimes financeiros. Um dos principais é o “Programa de Defesa da Ordem Tributária”, firmado em junho de 2012 por meio de uma parceria firmada entre SSP/SE, SEFAZ, MPE, CGE e PGE. O programa aperfeiçoa o apoio técnico, a troca de informações e a articulação entre os órgãos responsáveis pela fiscalização tributária estadual, consultoria, representação judicial, funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais. Para o governador em exercício na época, Marcelo Déda (PT), que assinou o termo, o pacto resultou em uma soma de forças para a proteção do Erário e o combate aos crimes de sonegação fiscal e evasão de divisas. “Para que, com isso, possamos melhorar a receita do Estado, contribuindo para superar as dificuldades que temos encontrado ao longo das duas crises financeiras. Pois o contribuinte que paga impostos precisa ser prestigiado e aquele que tenta evadir ou driblar a Lei para não pagar impostos, tem agora uma estrutura montada para que se cumpra a Constituição, para que a cidadania seja respeitada”, explicou Déda, na ocasião.

O DEOTAP também estabeleceu, individualmente, outros acordos e parcerias de atuação com estes órgãos de controle e fiscalização, incluindo também os tribunais de Contas da União (TCU) e do Estado (TCE). Isto permite que auditores e promotores forneçam informações importantes para os inquéritos e, inclusive, que processos de cobrança de impostos devidos considerados como “créditos perdidos” sejam remetidos ao DEOTAP pela SEFAZ e pela PGE, como uma espécie de último recurso para recuperar o crédito, ou mesmo para apurar alguma suspeita de que a situação esconda um crime contra o Erário, entre os quais, a formação de “empresas fantasmas” para esconder os débitos.

Assim a luta contra a corrupção se tornou um fenômeno de impacto no jogo político sergipano. Apesar das pesquisas se dedicarem ao tema a nível nacional, as *forças-tarefas* podem ser analisadas como modelos de investigação e acusação construídos para um propósito comum, composta por magistrados do direito. No caso sergipano, o Ministério Público e as polícias que construíram grupos profissionalizaram seus agentes para voltarem ao “combate à corrupção”. Porém, foi utilizado de determinados prestígios profissionais, a partir

dos delegados no processo de coordenação das operações em Sergipe, em prol da inserção desses delegados na esfera política e expansão profissional na estrutura da polícia civil.

3.1 Polícia Civil de Sergipe e o Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública - DEOTAP

Como apresentado no Estado da Arte deste trabalho, vimos os processos sócio históricos no decorrer da função de delegado de polícia no Brasil, assim a partir do conjunto dos profissionais do direito que compõem as carreiras jurídicas de Estado, os delegados correspondem ao grupo enquanto um dos mais vulneráveis do ponto de vista da legitimidade e reconhecimento profissional diante da estrutura jurídica. Dentre os fatores que possibilitam essa posição desfavorável no universo do direito estão: as características sociais dos profissionais em termos de origem social e formação profissional, assim como as características institucionais, dentre elas, a estrutura, os vencimentos e o investimento do Estado na corporação. Um exemplo desse efeito se enquadra em termos salariais, como mostra o quadro abaixo para o caso de Sergipe, é possível identificar as diferenças e os efeitos que isso pode ter para o prestígio social estabelecido em cada uma das respectivas funções.

Tabela 2: Desigualdade Salarial entre os Ofícios Jurídicos

Instituição	Salário	Função
Tribunal Regional do Estado de Sergipe	33.689,11	Juiz Entrância Final
Tribunal Regional do Estado de Sergipe	32.004,65	Juiz Entrância Final
Tribunal Regional do Estado de Sergipe	30.404,42	Juiz Substituto
Ministério Público Estadual	30.404,42	Promotor de Justiça
Polícia Civil	11.000,00	Delegado

Fonte: Petrarca (2022)

Além destas condições de funcionamento da profissão de delegado, as condições sócio-históricas de formação e constituição das forças policiais exerceram um impacto significativo na organização das polícias regionais e nas suas possibilidades de autonomia. De posse do poder sobre o inquérito policial, os delegados experimentaram, ao longo do período

Imperial e Republicano, uma dependência do poder político. A separação entre a função judicial e policial e consequente regulamentação do inquérito policial ocorreu em 1871, momento em que foram estabelecidas as funções dos delegados. Nesse contexto, os chefes e delegados de polícia não exerceram mais a magistratura concomitantemente (Bonelli, 2002).

Uma das consequências foi a diferenciação do sistema policial e do judicial. Outra consequência, porém, foi a dependência dos coronéis e chefes políticos locais, já que se tratava de um posto com poder político. O apadrinhamento e as relações pessoais estabelecidas com as forças políticas locais tornavam-se essenciais para ascensão a uma carreira policial. Compor, portanto, as redes das parentelas e a dinâmica do jogo de alianças eram elementos centrais para o recrutamento policial (Petrarca, 2022). Com a República o caráter político e sua instabilidade se manteve, tornando o cargo de chefe de polícia e delegado de livre nomeação e demissão do presidente do Estado (Bonelli, 2002; Sadek, 2003).

Posteriormente, a militarização da polícia teve consequências em sua reestruturação no período de 1930-1945. Se durante o Império e a República a marca central para ocupação nessa posição era ser bacharel em direito, no período subsequente que engloba o Estado Novo, as patentes militares se tornaram requisitos centrais para a chegada ao cargo, assim como já citado anteriormente (Petrarca 2018). A profissionalização de fato ocorreu somente no período democrático com algum avanço no final dos anos 1940 com a criação das associações de delegados. Durante a ditadura militar, de 1964-1965, generais e coronéis foram responsáveis pela dominação no acesso aos cargos, a literatura já demonstra esse movimento feito na história brasileira. Foi somente com a Constituição de 1988 que a polícia civil conseguiu obter o reconhecimento institucional e as condições para sua organização como corporação de estado. A partir desse momento é que foi possível definir as funções de cada órgão de segurança no país.

Em Sergipe a reestruturação da Polícia Civil só começou a ser efetivada a partir de 1993. Anteriormente a esse período, os cargos eram comissionados podendo ser ocupados por advogados e procuradores e o comando da corporação era realizado por policiais militares e pelo Exército. São estes exemplos da configuração e criação em 1991 da Coordenadoria da Polícia da Capital, cargo ocupado por um advogado criminalista, além da Corregedoria da Polícia Civil ocupada por um Coronel do Exército Brasileiro.

Vale ressaltar a respeito desta configuração da Polícia Civil no estado nesse período é que o quadro corporativo era praticamente composto por funcionários cedidos de outros setores da administração pública. É somente em 1987 que com o primeiro concurso para

agentes e investigadores eles foram substituídos pelos aprovados. A respeito dos delegados, isso apenas irá ocorrer somente em 1993 por determinação do STF. Os dezoito delegados aprovados em concurso deveriam ser incorporados imediatamente já que Sergipe era, naquele momento, o único estado da federação a contar com delegados não concursados. A fim de contemplar a demanda por profissionais na instituição novos concursos foram realizados em 2001, 2005 e 2006, 2015².

Assim, a partir da década de 1990, influenciada pela Constituição de 1988, a Polícia Civil de Sergipe passou a adotar o concurso público como critério de seleção para seus membros, incluindo delegados, agentes, escrivães e demais integrantes da corporação. Essa mudança representou uma alteração significativa na estrutura da instituição, uma vez que impediu práticas anteriores, como a incorporação de aliados por meio do chamado "trem da alegria" no serviço público (Petrarca, 2022). Gradualmente, a estratégia de incorporar aliados no âmbito policial para formar uma base eleitoral foi substituída pela admissão exclusiva através de concursos públicos.

Outra questão importante foi à promulgação da lei orgânica de 1999³, a qual dispõe sobre normas gerais para a carreira policial. O recrutamento por concurso e a exigência do treinamento interno na Escola de Polícia, marcam as transformações institucionais na Polícia Civil, constituindo-se mais independente da política. Entretanto, apesar da autonomia institucional, o cargo de Superintendente da Polícia Civil e coordenador de polícia permanecem associados à nomeação do governador do Estado, dessa forma se reforça os vínculos estabelecidos da polícia com a esfera política local. Nessa direção, a competição pelos cargos de chefia passa pela relação com os políticos.

Como mencionado anteriormente o efeito do Plano Nacional de Combate a Corrupção e a Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e lavagem de dinheiro (ENCCLA), proporcionou avanços significativos no combate especialmente a crimes de lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos. O Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (DEOTAP) da Polícia Civil do estado de Sergipe, foi criado em 2009, sendo fruto de tal avanço nacional. Resultou da fusão da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária e o Núcleo de Combate a Crimes Contra a Administração Pública, este último ligado ao Centro de Operações Policiais Especiais.

² Dados disponíveis no site da Polícia Civil de Sergipe: <https://www.policiacivil.se.gov.br/historia-da-policia-civil/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

³ Lei Número 4133 de outubro de 1999.

O pontapé inicial para o surgimento do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública-DEOTAP foi demonstrado por parte do governo do Estado durante a gestão do ex-governador Marcelo Déda (PT), na época a Secretaria de Segurança Pública de Sergipe era chefiada por João Eloy Menezes. Anteriormente ao surgimento do departamento as investigações dos crimes eram resumidas por ordem tributária, desde então, a partir do plano nacional pós ENCCLA foi possível um fornecimento aos estados condições financeiras para capacitar o órgão que internamente possibilitou a criação de laboratórios de inteligência para dar conta das denúncias e investigações. Sendo assim o caso da criação do Laboratório de Tecnologia Contra a Corrupção e Lavagem de Dinheiro da Polícia Civil, que juntos desenvolveram investigações importantes juntamente ao DEOTAP.

Tendo como objetivo central o combate a fraudes na administração pública, o órgão instaurou cerca de 164 inquéritos policiais e 202 procedimentos investigativos, entre os anos de 2017 e 2020. Vale salientar que nem todos os inquéritos desencadearam em operações policiais, entretanto para o conjunto de procedimentos realizados outros órgãos construíram essa rede de combate à corrupção como o GAECO (Grupo de Atenção Especial ao Combate ao Crime Organizado), órgão do Ministério Público, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e a Receita Federal.

Desde então, a partir de 2019 ocorreu uma modificação na estrutura de funcionamento da Polícia Civil de Sergipe, que foi capaz de ampliar o aparato de funcionamento diante as novas diretrizes nacionais de combate à corrupção. O DEOTAP então passou a contar com Delegacia de Combate a Corrupção e Desvio de Recursos Públicos (DECOR), que visava apurar infrações penais realizadas pelos agentes públicos ou privados diante administração pública do estado de Sergipe, juntamente com a Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DEOT) e o Departamento de Crimes Cibernéticos, o Laboratório de Lavagem de Dinheiro, e por fim a Delegacia de Inteligência da Polícia Civil.

A maior demanda hoje do DEOTAP vem das requisições do Ministério Público e do Tribunal de Justiça com forte atuação nos municípios e voltadas mais aos gestores municipais. Em época de eleições, a demanda tende aumentar com denúncias dos adversários políticos, podendo assim ser encaminhadas aos delegados dos interiores. Crimes com maior potencial

ofensivo e de maior lesividade ao patrimônio público, são assumidos pelos órgãos, caso contrário são encaminhados aos delegados dos municípios⁴.

Por fim, sendo este o quadro de delegados que exerceram funções desde o seu surgimento:

Tabela 3: Membros do DEOTAP

Nome	Ano	Função
Danielle Garcia	2009-2017	Diretora
Nadia Flausino	2012-2020	Delegada
Vitolo		
Gabriel Nogueira	2017	Delegado
Thaís Lemos	2018- Até	Diretora
	o período vigente	
Lara Schuster	2018- Até	Delegada
	o período vigente	
Maria Pureza	2017-2018	Delegada
Machado Soares		
Andrade		

Fonte: (Petrarca & Bomfim, 2022)

3.2 As operações contra a corrupção em Sergipe

As operações anticorrupção no estado de Sergipe, como em grande parte do país, seguiu a lógica de combate aos males de conduta política, ou seja, uma espécie de caça aos atores políticos que promoveram diversos crimes relacionados a corrupção, como por exemplo, desvio de dinheiro público, esquema de fraudes em licitações, desvio de dinheiro em obras, esquemas de rachadinhas, entre outras.

Assim sendo, para melhor exemplificar como se conduziram essas operações temos no quadro abaixo, uma síntese dessas operações no Estado de Sergipe, tendo como recorte temporal o período de 2004 a 2020. O quadro apresentado é fruto da pesquisa intitulada: A

⁴ As informações a respeito do funcionamento do Deotap e sua estrutura foram obtidas através dos seguintes endereços: <https://www.policiacivil.se.gov.br/deotap-recebe-novo-predio-e-reforca-atuacao-no-combate-a-corrupcao-e-a-crimes-contra-a-administracao-publica/>, <https://www.policiacivil.se.gov.br/combate-a-corrupcao-em-quatro-anos-deotap-instaura-mais-de-160-inqueritos-e-desarticula-crimes-contra-administracao-publica-e-a-sonegacao-de-impostos/>. Acesso em 14 de março de 2022.

Luta Contra a Corrupção em Sergipe: um estudo sobre o Direito e as carreiras jurídicas (2020) desenvolvida a partir do objetivo que buscava investigar as operações no combate à corrupção no estado de Sergipe, a fim de buscar compreender as dinâmicas das operações juntamente ao universo político e as profissões jurídicas.

Quadro 1: Operações Anticorrupção em Sergipe (2004-2020)

ANO INICIAL/ FINAL	OPERAÇÕES	SUPOSTO CRIME INVESTIGADO	RESPONSÁVEL PELA OPERAÇÃO	INVESTIGADOS
2004-2006	Operação Fox	Crimes: fraude a licitações	• O juiz federal Ronivon de Aragão, titular da 2ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe; • Superintendente da PF: Sidney Átis; • Delegada Daniele Garcia	• ex-deputado estadual José do Prado Franco Sobrinho – Zé Franco (ex-PDT atual DEM) • ex-prefeito de Poço Verde, Antônio da Fonseca Dória (Tonho de Dorinha), • ex-prefeito de São Domingos, • Hélio Mecenas,
2006	Operação Sanguessugas	Crimes: corrupção, desvio de dinheiro.	• O procurador da República em Sergipe Bruno Calabrich, • Os procuradores Paulo Gustavo Guedes Fontes, • Ruy Mello, • Eunice Dantas Carvalho E • Eduardo Pelella.	• Ex-deputados federais Heleno Silva (PR) e Cleonânicio Fonseca (PP); • Adonias Gomes Lima Júnior (empregado de Cleonânicio Fonseca); • Luciana de Andrade • José Augusto Feitosa Magalhães Carneiro (ex-assessores parlamentares de Heleno Silva); • e os empresários Darci José Vedoin, • Luiz Antônio Trevisan Vedoin e

				• Ronildo Pereira de Medeiros, todos sendo das empresas do grupo Planam.
2006-2007	Operação Navalha	Crimes: desvio de dinheiro público.	• Na denúncia ao STJ, as subprocuradoras-gerais da República Lindôra Araújo e Célia Regina; • A ministra Eliana Calmon; • A juíza da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, Telma Maria Santos Machado;	• Zuleido Soares de Veras, empresário da Construtora Gautama; • Ricardo Magalhães da Silva, engenheiro da Construtora Gautama; • Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas de Sergipe, Flávio Conceição de Oliveira Neto; • Filho do ex-governador João Alves, o empresário João Alves Neto; • Ex-secretário de Fazenda, Max José Vasconcelos de Andrade • Ex-presidente da Deso e ex-secretário de Fazenda, Gilmar de Melo Mendes; • Ex-presidente da Deso, Victor Fonseca Mandarino; • Ex-diretor técnico da Deso, Kleber Curvelo Fontes; • Sócio-administrador da Enpro, Sérgio DuarteLeite;

				• Ex-deputado federal José Ivan de Carvalho Paixão. (PPS)
2006-2007	Operação Caipora	Crimes: contrabando, corrupção, tráfico de influência, evasão de divisas e formação de quadrilha.	• O juiz federal da 6ª Vara Federal, sediada em Itabaiana • O procurador da República Ruy Nestor Bastos Mello • O Procurador Eduardo Botão Pelella • O procurador Bruno Calabrich.	• José Hipólito de Carvalho, comerciante em Lagarto (SE); • José Adenilson de Lima, comerciante em Lagarto; • Eraldo Júnior de Faria, autônomo em Lagarto; • Josefa Valdomira de Souza, contadora em Lagarto e Aracaju; • Domingos Cota do Nascimento, comerciante em Lagarto; • Joseene Alves do Nascimento, autônoma em Lagarto e atualmente custodiada no Presídio Feminino; • Clodoaldo Rodrigues Santana, conhecido como “Gordinho”, autônomo em Tobias Barreto; • José Valtemir dos Santos, conhecido como “Fuminho”, motorista em Itabaiana;

				• Cleide Gonçalves Otarola, autônoma em São Paulo; • Ramiro Teles dos Santos, • Luiz Cláudio Almeida Daniel, agente policial em Mauá (SP), • Gilson Vicente de Menezes, conhecido como Carlão, autônomo em São Paulo, ex-agente da Polícia Federal, atualmente custodiado no Batalhão da Polícia Militar de Sergipe; • Luiz Ricardo Gomes de Oliveira, agente da polícia federal em São Paulo, atualmente custodiado na carceragem da SR/DPF/SP, mas com ordem de recambiamento para o Batalhão da PM/SE; 14 - Valdir Pereira de Souza, conhecido como “Passarinho”.
2013	Operação Idenizar-se	Crimes: desvio de verba	• Delegada Daniele Gárcia (DEOTAP); • O Juiz Luis Gustavo Serravalle Almeida (Juiz de 3ª Vara Cível de Aracaju);	• Adriano Oliveira Pereira (Adriano Taxista); PSD • Agamenon Sobral Freitas; (PP) • Agnaldo Celestino Feitosa Filho; (PR) • Anderson Santos da Silva (Anderson de

			• Relatora, a desembargadora Iolanda Guimarães; • o promotor do Ministério Público, Rony Almeida;	Tuca); (PRTB) • Jailton Santana; (PSDB) • José Augusto da Silva (Augusto do Japãozinho); (PRTB) • Valdir Santos; (PTdoB) • José Ivaldo Vasconcelos de Andrade (Ival do José); (PRTB) • Carlos Max Prejuízo; (PSB) • Daniela dos Santos Fortes; (PEN) • José Gonzaga de Santana (Dr. Gonzaga); (PMDB) • Emmanuel da Silva Nascimento; (PT) • Roberto Moraes Oliveira Filho; (SD) • Renilson Cruz Silva (Renilson Félix); (DEM) • Robson Costa Viana; (PEN) • Tijói Barreto Evangelista (Adelson Barreto Filho). (PR)
2014	Operação avalanche	Os crimes: improbidade	• Delegada Daniele García	• Capitão Samuel; (PSC)

	(Alese)	administrativa, sonegação fiscal, peculato e lavagem de dinheiro.	(DEOTAP); • A desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva; • A juíza Jumara Porto, da 9ª Vara Criminal de Aracaju; • O promotor de Justiça, Henrique Cardoso; • O Delegado, Jonathan Evangelista.	• Adelson Barreto Filho (PR) • Augusto Bezerra; (DEM) • Angélica Guimarães (PSC) • Paulinho da Varzinhas; (PTdoB) • Zé Franco (PDT) • João Daniel (PT) • Gilson Andrade; (PTC) • Zezinho Guimarães; (MDB) • Mundinho da Comase (Suplente) (PSL) • Jefferson Andrade; (PSD) • Gustinho Ribeiro; (PSD) • Luiz Mitidieri; (PSD) • Venâncio Fonseca; (PSC) • Suzana Azevedo; (PSC) • Zeca da Silva; (PSC) • Arnaldo Bispo; DEM* • Ana Lúcia; (PT) • Antônio dos Santos; (PSC) • Francisco Gualberto; (PT) • Garibalde Mendonça; (PMDB)
--	---------	---	---	---

				• Maria Mendonça; (PP) • Antônio Passos Sobrinho; (DEM) • Conceição Vieira: (PT)
2016	Operação Babel	Crimes: corrupção, desvio de dinheiro.	• Delegado Geral da Policial Civil Alessandro Vieira • Danielle Garcia	• José Antônio Torres Neto, proprietário da empresa Torre. • José de Araújo Mendonça Sobrinho, presidente da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb); • Márcio Zylberman, assessor de planejamento da Emsurb; • Sylvia Emília Cardoso B. M. de Calazans, presidente da Comissão de Licitação; • Rosenice Figueiredo Machado, procuradora chefe da Emsurb; • José Roberto Gomes do Carmo, gerente operacional da Emsurb; e • José Reinaldo de Souza, diretor de Limpeza Urbana da Emsurb.
2016	Operação Antidesmonte	Crimes: corrupção, desvio de dinheiro.	• Promotor Jarbas Adelino • Promotor Henrique Ribeiro Cardoso	

			• Promotor Bruno Mello • Promotora Luciana Duarte • Delegada Danielle Garcia • Delegado Alessandro Vieira • Promotor de Justiça Dr. Waltenberg Lima de Sá • Promotora de Justiça de Gararu, Rosane Gonçalves	
2017	Operação caça fantasmas	Crimes: corrupção, desvio de dinheiro.	• Juíza Soraia Gonçalves Melo, da 2ª vara criminal • Promotor do Gaeco • Delegada Danielle Garcia	

2018	Operação Hígia	Crimes: Fraude a licitação, lavagem de dinheiro e organização criminosa	• Promotor Jarbas Adelino comandou a operação. • Promotor Watwmborg Lima. • Promotor Leideison Gadelha • Delegado João Eloy; • Delegado Dernival Eloi	
2018	Operação Metástase	Crimes: contra a Administração Pública lavagem de dinheiro, e organização criminosa.	• Promotor Antônio Fernandes. • Promotor Diego Gouveia. • Promotor do MPE, Bruno Melo • Juiz Holmes Anderson Junior, da 2ª Vara Criminal de Aracaju	
2019	Operação Cítrus	Crimes: corrupção, desvio de dinheiro.	• Promotor do Gaeco Bruno Melo • Desembargadora Ana Lúcia Freire de Almeida dos	• Paulo Hagenbeck – prefeito de Laranjeiras (2017-2020) • Paulinho da Vazinhas Filho (ex-deputado estadual)

			Anjos	
2020	Operação Divisa	Crimes: desvio de verba e fraude de licitação.	• Promotor de Justiça Bruno Melo • Desembargador Diógenes Barreto	• Lagarto: investiga a empresa ALL Serv. Empreendimentos e Serviços LTDA, que pertence ao Vereador Clayton Moura, líder da prefeita Hilda Ribeiro na Câmara Municipal de Lagarto
2020	Operação Pandemonium	Crimes: desvio de verba e fraude.	• Promotor de Justiça Bruno Melo • Promotoria de justiça de Carmópolis • Juíza Sebna Simião da Rocha	• Alberto Narcizo da Cruz Neto (Beto Cajú) Solidariedade

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Em análise dos dados extraídos na tabela ao todo foi possível constatar nas pesquisas para construção do quadro analítico abaixo, 14 operações no combate a corrupção que foram efetuadas no estado de Sergipe. Algumas destas operações foram importantes para a agenda profissional dos delegados responsáveis, foram a partir delas que eles se destacaram do universo jurídico para a política, a partir da causa “anticorrupção”.

Este quadro apresentado visa relacionar o momento em que ocorria com operações de combate à corrupção de nível nacional à estadual (Sergipe). Com uma determinada análise dessas operações, percebe-se que a grande maioria delas mexeram com o sistema político sergipano, nos mais variados municípios. Como ocorre na operação Fox, que investigou suposto esquema de fraude a licitações em municípios dos Estados de Sergipe, Alagoas e Bahia, nos exercícios de 2004 a 2006, implicando alegado desvio de verbas federais repassadas àqueles entes, cujo regular destino residiria, sobretudo, na educação. Segundo as investigações, um dos principais prefeitos envolvidos nessa fraude foi o então prefeito, na época, e ex-deputado estadual José do Prado Franco Sobrinho – Zé Franco (ex-PDT atual DEM), o qual foi citado como um dos principais favorecedores de Wellington Andrade. O ex-prefeito de Poço Verde, Antônio da Fonseca Dória (Tonho de Dorinha) do PSB, e o ex-prefeito de São Domingos, Hélio Mecnas, foram condenados à prisão em regime fechado.

O escândalo dos sanguessugas, também conhecido como máfia das ambulâncias, foi um escândalo de corrupção que estourou em 2006 devido à descoberta de uma quadrilha que tinha como objetivo desviar dinheiro público destinado à compra de ambulâncias. A operação Navalha teve por objetivo a investigação de um esquema de desvio de dinheiro público relacionados a obras públicas federais através do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC). O alvo desta operação refere-se à execução de obras no Sistema de Adutora do rio São Francisco, por meio de um contrato milionário entre a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) e a Construtora Gautama. A operação foi deflagrada em nove estados (Alagoas, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e São Paulo) e no Distrito Federal. Está sendo uma das operações que expôs o esquema de crimes por parte dos envolvidos da rede empresarial do ramo em Sergipe, que visava o lucro em detrimento do dinheiro público.

A operação caipora teve como sua investigação a organização criminosa que praticava descaminho e contrabando de cigarros e diversas mercadorias de origem estrangeira, principalmente do Paraguai, para os estados de Sergipe, São Paulo, Paraná e Bahia. A organização criminosa funcionava como uma empresa, com divisão de tarefas e hierarquia bem definida, com conexão interestadual e internacional.

Denominada como operação indenizar-se, investigou supostos desvios das verbas indenizatórias destinadas pela Câmara Municipal aos vereadores de Aracaju para custear despesas de gabinete no exercício de 2016. Neste processo, estão envolvidos 19 réus, entre ex-vereadores, advogados e empresários, denunciados pelo Ministério Público Estadual por supostos crimes de peculato (praticados por funcionários públicos contra a administração em geral), uso de documentos falsos, falsidade ideológica e contra a paz pública. Considerada uma das maiores operações feitas na Câmara de Aracaju. No ano seguinte à operação que revelou determinados esquemas na Câmara Municipal de Aracaju, ocorreu a operação Avalanche que investiga um esquema de desvios de verbas de subvenção da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE). Investigação essa que acusou deputados estaduais de movimentarem cerca de 13 milhões de reais, de forma fictícia e fraudulenta.

Ao caso no que ocorreu com a operação Babel, em que coordenada pelo delegado geral da polícia civil Alessandro Vieira, juntamente a delegada que coordenava o Departamento de Repressão Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap) Danielle Garcia, impactou significativamente o jogo político de Aracaju. Esta operação tinha como objetivo desvendar possíveis fraudes nos contratos do serviço público da coleta de lixo em Aracaju na contratação da empresa Torre.

A operação Antidesmonte objetivou coibir a dilapidação do patrimônio público em prefeituras do estado de Sergipe, prefeituras essas, cujos seus administradores do executivo não obtiveram êxito eleitoral ou não conseguiram fazer um sucessor. Assim sucedeu algumas operações posteriores, tais como a operação caça fantasmas que a partir de denúncias feitas ao Ministério Público Estadual (MPE), investigou-se a contratação de servidores fantasmas na administração pública de Aracaju, durante a gestão do ex-prefeito João Alves Filho, nos anos de 2013 a 2016.

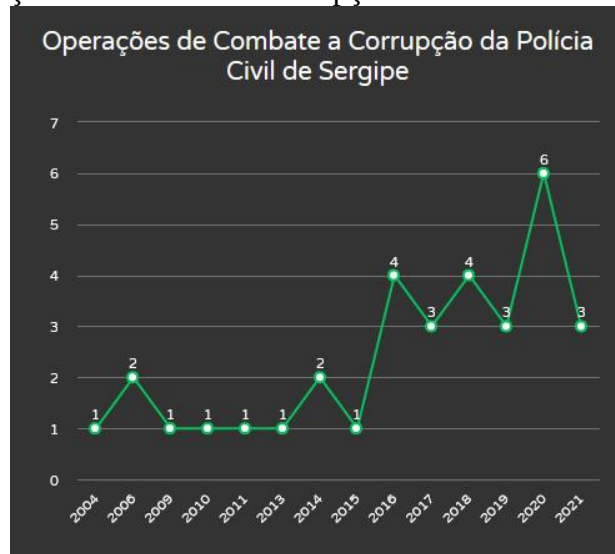
Como também a operação Higia, iniciada por parte do MPSE e pelo TCE/SE no final de 2016, as investigações realizadas no âmbito da Antidesmonte revelaram manobras de alguns dos investigados que visavam burlar a ordem de pagamento dos credores do município de Aquidabã, os mesmos visavam dificultar a fiscalização do período de transição de governo, após das eleições de 2016, pelas equipes de inspeção do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Por fim, conforme dados coletados para a construção desse quadro de operações da luta anticorrupção em Sergipe, nos anos entre 2018 e 2020 também foram realizadas três operações sendo a Metástase em que se buscava a obtenção de determinadas fraudes na licitação e na execução do contrato para montagem da estrutura necessária ao funcionamento do Hospital de Campanha de Aracaju-SE. A operação Citrus que reúne elementos aos quais comprovam o desvio de recursos envolvendo municípios sergipanos, até o momento da construção desse material o foco encontrasse no município de Laranjeiras, no qual busca investigar as empresas de medicamentos que emitiam notas para pagamento de faturas, sem a entrega efetiva de remédios, e até a venda de produtos que elas não compravam.

Ainda em 2020, a operação divisa inicia-se visando apurar supostos desvios de recursos públicos na prestação do serviço de coleta de lixo, contratado com dispensas de licitação que a partir das investigações apresentavam-se como fraudulentas e contratações emergenciais forçadas, com indícios de ausência de efetiva prestação dos serviços, dois municípios sergipanos foram alvos desta operação. Por fim, ocorre a operação Pandemonium sendo fruto de investigações de desvios e fraudes praticados no âmbito de contratos do Município de Carmópolis com empresas baianas, pagos com recursos públicos destinados ao combate a pandemia da Covid-19.

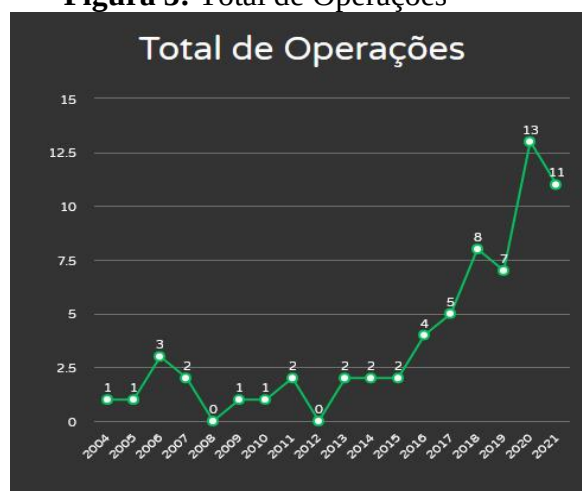
A partir da pesquisa intitulada “A luta contra a corrupção em Sergipe”⁵ desenvolvida pela pesquisadora Fernanda Rios Petrarca é possível identificar que no Estado de Sergipe o aumento das operações no combate a corrupção teve seu maior aumento pós-criação do DEOTAP em 2009, como demonstra o gráfico abaixo, sobretudo devido às influências do combate à corrupção em nível nacional em destaque a Lava Jato.

⁵ PETRARCA, FERNANDA RIOS. RELATÓRIO FINAL PESQUISA A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO EM SERGIPE. 2022. CNPq

Figura 2: Operações de Combate a Corrupção da Polícia Civil de Sergipe

Fonte: Petrarca (2022)

De certo as contribuições do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP contribuíram diretamente para o avanço do combate à corrupção a nível estadual, porém em paralelo ao departamento outras instituições fortaleceram a onda investigativa a partir de suas próprias operações como no caso do Gaeco, do Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e o Polícia Federal, na qual a maioria dessas operações envolvem políticos estaduais e municipais. Podemos perceber esse avanço no gráfico abaixo que irá nos apresentar uma elevação dos casos de operações em Sergipe na medida em que se refina a Operação Lava Jato.

Figura 3: Total de Operações

Fonte: Petrarca (2022)

Desde então com o desenrolar das operações em 2009 em paralelo com a criação do DEOTAP, a pesquisa citada vai demonstrar que um total de 12 operações apresentou destaque na mídia local, Petrarca (2022) expõe que dentre elas aquela que afetaria o jogo político de forma mais incisiva é a operação Avalanche, deflagrada no ano de 2014, a mesma possibilitou a investigação de um esquema de desvios de verbas de subvenção da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE) acusando deputados estaduais de movimentarem quase 13 milhões de reais. Os crimes que envolveram os deputados foram o de improbidade administrativa, sonegação fiscal, peculato e lavagem de dinheiro.

Dos 23 deputados investigados, é possível identificar algumas mudanças no xadrez político local. Uma parte destes tornaram-se inelegíveis abrindo espaço para que outras lideranças ocuparem estes cargos, outros conseguiram se recompor afastando-se dos cargos eletivos, mas investindo no grupo familiar e buscando usar o capital político para eleger esposas e irmãos (Petrarca, 2022).

A partir dos gráficos abaixo podemos identificar os principais tipos de crimes investigados, os tipos de perfis dos investigados dentro dessas operações de maior impacto, e de como os políticos estão em maior escala e de quais são os partidos que esses estão vinculados.

Figura 4: Tipo de Crime Investigado



Fonte: Petrarca (2022)

Figura 5: Tipo de Investigados

Fonte: Petrarca (2022)

Figura 6: Investigados por Partidos

Fonte: Petrarca (2022)

3.3. Operação Babel: um caso exemplar da atuação do DEOTAP

A operação Babel se torna um caso interessante uma vez que foi através dela que o delegado Alessandro Vieira e a delegada Danielle Garcia ganharam os holofotes da atenção pública, destacando-se na imprensa local como verdadeiros “combatentes” da corrupção. Foi também através desta operação que mudanças significativas na organização dos agrupamentos

políticos em Sergipe puderam ser observadas.

O acordo entre a Cavo e a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) para a coleta de lixo em Aracaju chegou ao fim em 5 de março de 2017. No final de fevereiro, mais precisamente em 24 de fevereiro, a Emsurb apresentou documentos ao Tribunal de Contas de Sergipe (TCE), buscando uma contratação temporária e emergencial de uma empresa para realizar os serviços pelos próximos 180 dias. A Cavo, integrante do grupo Estre Ambiental, decidiu não participar da concorrência, alegando irregularidades no edital. A licitação foi interrompida em 2 de março após uma decisão judicial acatando argumentos da Estre.

Em 8 de março, o líder da bancada de oposição, vereador Elber Batalha Filho (PSB), apresentou um requerimento na Câmara Municipal de Aracaju, solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Lixo devido ao processo de contratação emergencial da empresa Torre. No dia seguinte, o Ministério Público moveu uma ação de improbidade administrativa, acusando Mendonça Prado de desobediência a decisão judicial e solicitando seu afastamento. O MPE argumentou que o gestor teve tempo suficiente para substituir a empresa Cavo, não justificando a contratação emergencial da empresa Torre.

Com o desenvolvimento da operação tendo o Delegado Alessandro Vieira enquanto Delegado Geral da Polícia Civil de Sergipe e a Delegada Danielle Garcia responsável pelo caso instauraram um inquérito policial com o objetivo de apurar uma suspeita de fraudes na medição de lixo que estava ocorrendo em Aracaju. A cobertura midiática e repercussão política do caso desempenhou um papel significativo, destacando a operação policial no combate a corrupção e dispondo visibilidade e apoio público da sociedade civil.

As conclusões dos inquéritos instaurados tiveram como desfecho o indiciamento de 14 pessoas, onde entre elas estavam os proprietários da Torre, além de gestores e ex-gestores de Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) e dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Pública e Comercial do Estado de Sergipe (Sindilimp). Durante as investigações, foram afastados dos cargos José de Araújo Mendonça Sobrinho, presidente da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb); Márcio Zylberman, assessor de planejamento da Emsurb; Sylvia Emília Cardoso B. M. de Calazans, presidente da Comissão de Licitação; Rosenice Figueiredo Machado, procuradora chefe da Emsurb; José Roberto Gomes do Carmo, gerente operacional da Emsurb; e José Reinaldo de Souza, diretor de Limpeza Urbana da Emsurb. Os crimes investigados a respeito da direção da Emsurb foram os de fraude a processos licitatórios, estelionato (majorado) e associação criminosa.

Por ser uma operação que revela negociações corruptas advindas de uma empresa municipal, essa ação policial demonstra a configuração dos grupos políticos sergipano, as alianças de proteção e garantia da boa cordialidade política mediada via o jogo político local. Ao ser questionado pela rede jornalística local sobre o conflito gerado ao decorrer da operação Babel o até então Delegado Geral da Polícia Civil – Alessandro Vieira comenta:

“A respeito da condução das investigações, o delegado geral da afirmou que a coordenadora do Deotap, Danielle Garcia vai continuar à frente do departamento. E comentou ainda sobre as declarações do presidente da Emsurb Mendonça Prado, que acusou a polícia de abuso de poder.

“É natural que o investigado reaja da forma que achar melhor, se por acaso, ele tiver alguma acusação a apontar. Ele tem o caminho da Corregedoria e do Controle Externo do MP. O que a polícia fez foi cumprir ordem judiciais de busca tentando encontrar a verdade em relação a essa contratação tumultuada. Ao final do inquérito teremos as respostas”.

“O caso está sendo presidido pelo delegado Gabriel Nogueira Júnior. A Daniella continua coordenadora do departamento enquanto eu coordenar a Polícia Civil. Nunca existiu a cogitação de uma mudança da lotação dela”, finalizou.” (G1, 2017)

Vale salientar que Mendonça Prado também apresenta uma trajetória política em Sergipe enquanto ex-vereador (PFL), ex-deputado federal (DEM) e ex-secretário de Estado durante a gestão do Governador Jackson Barreto (MDB). Estava até então resguardado politicamente através das alianças a partir do seu grupo político estabelecido durante a sua trajetória, exemplo prático disso foi que em detrimento do avanço investigativo da operação Babel, não só a coordenadora Danielle Garcia foi exonerada como o Delegado Geral, Alessandro Vieira, pelo governador vigente da época Jackson Barreto (MDB).

A operação Babel é um demarcador a respeito da política sergipana e o surgimento de novas figuras políticas vinculadas ao discurso anticorrupção como recurso mobilizador para ascensão eleitoral. Tendo em vista que foi a partir dessa operação que ambos delegados ascenderam por apoio público e jurídico pelas retaliações sofridas durante o percurso do caso e pela “boa conduta” profissional em coordenar operações como essa. Os resultados desse exemplo apresentado são as candidaturas do delegado Alessandro Vieira e Danielle Garcia como candidatos que buscam capitalizar o combate a corrupção como estratégia política, apresentando-se como defensores da ética, moralidade na política, na transparência e prestação de contas.

CAPÍTULO IV: DAS FORÇAS-TAREFAS À POLÍTICA: A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E A EMERGÊNCIA DE LIDERANÇAS POLÍTICAS E PROFISSIONAIS

Este capítulo tem como objetivo elucidar a partir de um quadro investigativo de informações a respeito dos delegados que atuaram ou atuam no Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP, analisando as principais formas de recrutamento do grupo de delegados, e investigando as semelhanças e as diferenças na composição desse grupo diante a emergência de lideranças políticas e profissionais em Sergipe. As fontes principais de dados obtidos neste capítulo serão apresentadas através de questionários aplicados e a realização de entrevista, assim sendo possível destacar uma série de informações a respeito das trajetórias de vida desses delegados, incluindo tanto sua vida familiar, como profissional e política.

A partir das operações no combate à corrupção foi possível se desenvolver dentro das instituições brasileiras um *ethos* profissional determinante para a elaboração de estratégias corporativas para enlear o judiciário e órgãos competentes no processo de higienização e limpeza da política institucional, a fim de uma renovação da mesma. Com a emergência da operação Lava Jato, a nível federal, esse processo se intensificou contando com a participação da imprensa brasileira em prol de mobilizar a população para a cobrança das investigações, e o fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos agentes jurídicos e respectivamente as suas ações envolvidas durante os trabalhos nas forças-tarefas.

Através disso, esses profissionais do judiciário brasileiro (delegados, juízes, promotores, procuradores) ganharam em um determinado nível o '*saber fazer*', que quer dizer atuação em inquéritos, atuação em investigações, experiência em julgamentos. Tal "saber fazer" se torna importante quando possibilita a mobilização para inserção destes profissionais na política e expansão na esfera jurídica. Com estas condições, o aceno moralizante em torno da anticorrupção se torna recurso mobilizador para abrir espaços para novos nomes na composição dos agrupamentos políticos na cena política sergipana. Estas condições funcionaram como estimuladores para que novos agentes sociais, geralmente sem passado político e vindos de outros espaços que não o sistema político, tivessem sucesso nos seus percursos políticos e nos seus caminhos eleitorais.

Para dar conta destas questões o capítulo está dividido em dois momentos. Num primeiro momento analisaremos as trajetórias profissionais que funcionaram como impulso para uma carreira na política. Esse é o caso do delegado Alessandro Vieira, atual senador, e da

delegada Daniele Garcia. Num segundo momento, daremos ênfase aquelas trajetórias que no presente momento concentram-se na dedicação as dinâmicas profissionais dentro da política civil.

4.1. Da Polícia para a Política

Nesse sentido, os delegados apresentados no quadro 2 abaixo surgem a partir do impulsionamento crescente a respeito da renovação política através da justiça, com enfoque na anticorrupção como principal bandeira a partir do seu trabalho, esses atores políticos se configuram enquanto representantes da boa conduta política e integridade profissional. Buscam assim construir dentro do Estado uma permanente política de continuidade do que outrora estava sendo feito a nível nacional, ligando a sua profissão jurídica como estratégia importante para a disputa eleitoral. Ao decorrer de suas trajetórias profissionais e da expertise adquirida nas operações de combate à corrupção, esses agentes jurídicos se dispõem em nome e imagem pública como uma espécie “heróis sergipanos”, em outras palavras, eles se apresentavam enquanto atores destemidos na luta de uma causa justa e que conduziria a própria “renovação política”. Assim, eles poderiam então salvar a política de Sergipe após anos da política corrupta. Retomamos então a partir de ambas as trajetórias na Polícia Civil de Sergipe

Quadro 2: Reconversão dos delegados para a esfera política

Nome	Acadêmico	Profissional	Após saída das operações anticorrupção.
Alessandro Vieira	Bacharel em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT)	Teve a primeira lotação na Delegacia Municipal de Cedro de São João, a qual acumulava com outras 04 unidades. Na Capital, atuou na Delegacia Plantonista, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, onde participou do grupo responsável pelo projeto do atual DAGV, Delegacia de Defraudações e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima. Nas unidades de área, esteve à frente das 1ª, 4ª e 9ª Delegacias Metropolitanas, sediadas nos bairros Grageru, Farolândia e Santa Maria, respectivamente. Titularizou, desde a criação, a Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC). Ocupou o cargo de Delegado-Geral da Polícia Civil de fevereiro de 2016 até abril de 2017	Eleito Senador da república nas eleições de 2018
Daniele Gárcia	Bacharel em direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).	Foi diretora do Departamento de Combate a Crimes contra a Ordem Tributária e à Administração Pública (Deotap/SE), coordenou em Sergipe o Laboratório de Tecnologia no Combate à Lavagem de Dinheiro, fez parte da equipe de Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça (DRCI/SNJ) e foi instrutora em cursos promovidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça.	Candidata à prefeitura de Aracaju em 2020 (partido cidadania)

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados disponíveis na plataforma Lattes, escavador e entrevistas. As referências estão contidas na bibliografia.

O primeiro delegado apresentado no quadro acima, é o ex-delegado Alessandro Vieira (ex-CIDADANIA, atual MDB), o mesmo é natural do município de Passo Fundo (RS), formado em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE), e policial civil do estado de Sergipe desde os anos de 2001. Teve a primeira lotação na Delegacia Municipal de Cedro de São João, a qual acumulava com outras 04 unidades. Na Capital, atuou na Delegacia Plantonista, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, onde participou do grupo responsável pelo projeto do atual DAGV, Delegacia de Defraudações e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima. Nas unidades de área, esteve à frente das 1ª, 4ª e 9ª Delegacias Metropolitanas, sediadas nos bairros Grageru, Farolândia e Santa Maria, respectivamente. Titularizou, desde a criação, a Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC). Ocupou o cargo de Delegado-Geral da Polícia Civil de fevereiro de 2016 até abril de 2017.

A nomeação do cargo enquanto Delegado Geral da Polícia Civil de Sergipe ocorreu durante a gestão do ex-governador Jackson Barreto (2013-2018, reeleito) sendo mediada pelo Secretário de Estado da Segurança Pública de Sergipe (SSP/SE) João Batista Júnior⁶. Entretanto, a atuação de ambos profissionais jurídicos não durou muito tempo, ambos foram exonerados pelo mesmo governador que os nomearam, Jackson Barreto. Sendo sucedidos pelos João Eloy enquanto Secretário de Estado da Secretaria de Segurança e a Delegacia Geral sendo encabeçada pela delegada Katarina Feitoza.

Destacado pelo seu trabalho desenvolvido através da Polícia Civil e o DEOTAP, o delegado Alessandro Vieira ganha visibilidade no estado sergipano pelos feitos realizados durante as operações de combate a corrupção em Sergipe, sobretudo operações que mobilizaram a cena política local tornando público crimes de corrupção que perpassavam na prática nomes de políticos no Estado. Dentre essas se situam duas operações, em especial como exemplos, a primeira foi a Operação Antidesmonte e a segunda Operação Babel. A Operação Antidesmonte foi deflagrada no final de 2016, tendo como objetivo coibir a dilapidação do patrimônio público em prefeituras do estado de Sergipe. A Operação Babel foi deflagrada a respeito da investigação relacionada aos contratos firmados pela Prefeitura de

⁶ João Batista Júnior é delegado de carreira, com especialização em Gestão Estatística em Segurança Pública. Ingressou na Polícia Civil em 1995. Também atuou como secretário Adjunto da SSP/SE, com também já assumiu o cargo de diretor geral da Coordenadoria de Polícia Civil, corregedor-geral da Polícia Civil, delegado de Entorpecentes e ex-Diretor de Segurança do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE).

Aracaju com a empresa Torre Empreendimento, empresa responsável pela coleta de lixo e limpeza pública da capital. Essa operação foi realizada ainda durante a gestão do presidente Mendonça Prado frente à Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB), no decorrer da condução feita pelo o prefeito Edvaldo Nogueira (ex-PCdoB atual PDT) na prefeitura de Aracaju, no ano de 2017. Ao longo das investigações a responsabilidade de acompanhar o caso ficou sendo realizada pela delegada Danielle Garcia, enquanto coordenadora do DEOTAP. A Danielle Garcia também é um dos atores jurídicos destacados, buscaremos apresenta-la tendo em vista que a mesma também utilizou de recursos sociais e profissionais possíveis para a inserção na esfera política sergipana.

Tendo em vista os êxitos obtidos durante as investigações, e de acordo com notícias jornalísticas em Sergipe, o motivo que levou à exoneração do ex-delegado geral Alessandro Vieira foi diretamente ligada aos tensionamentos políticos sucedidos devido às operações de combate à corrupção, conforme demonstra:

[...] Questionado sobre sua exoneração do cargo de delegado geral da Polícia Civil, o pré-candidato afirmou que o trabalho desenvolvido **incomodou muito pessoas que estavam no poder, inclusive o ex-governador Jackson Barreto**, mas quem poderia responder pela sua exoneração era o próprio ex-governador. Segundo Alessandro Vieira, *“o trabalho feito a frente da Polícia Civil mostrou aos sergipanos que dá para fazer diferente e é possível enfrentar o sistema e isso incomodou demais os políticos que acreditavam que a lei não os alcançava”* (JL POLÍTICA. Eleições, 28 de julho de 2018).

A partir da entrevista citada acima, concedida ao jornal online sergipano, é compreendido então determinadas inquietações por parte do delegado Alessandro Vieira a respeito da sua exoneração. Foi então assim que durante ao longo desse período foi estabelecido um determinado desgaste político frente ao ex-governador Jackson Barreto, em detrimento disso o ex-delegado Alessandro Vieira iniciou a capitalizar e coesionar a força política e social que se tinha principalmente como forma de confronto ao ex-governador e a denominada “política corrupta” sergipana.

Foi então a partir desses confrontos estabelecidos após operações de combate a corrupção em Sergipe, envolvendo atores políticos conhecidos, que surge então o delegado Alessandro Vieira enquanto destaque para a renovação da velha política estadual. Após sua exoneração do cargo enquanto Delegado Geral da Polícia Civil de Sergipe um determinado período depois, o Alessandro Vieira filia-se ao partido Rede Sustentabilidade (REDE) e logo após lançar sua candidatura ao Senado Federal, integrando parte da coligação independente “#SejaMudança”, em diálogo com o ex-vereador Dr. Emerson (REDE) para ocupar o cargo de

Governador, ambos desde então defenderam a candidatura da ex-ministra Marina Silva para a presidência da República (REDE) nas eleições de 2018.

Assim o cenário da política sergipana se configurava desde então entre “velhos” e “novos” nomes na disputa pelos cargos estaduais e nacionais, frente ao conflito estabelecido acima, Sergipe opta então pela composição de novos nomes para o senado federal como forma de representação política. No ano de 2018 duas vagas foram pleiteadas, tendo em vista que uma delas já estava sendo ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves (DEM), viúva do ex-governador João Alves Filho (19441-2020). A disputa eleitoral ficou marcada então pela vitória do delegado Alessandro Vieira em detrimento aos nomes políticos do estado, em destaque o seu “rival” o ex-governador Jackson Barreto (MDB), o ex-senador e ex-governador Antônio Carlos Valadares (PSD) e ao ex-deputado federal André Moura (PSC), este último sendo um dos principais nomes para o Senado, tendo em vista sua rede de relações e alianças estabelecidas com prefeitos do estado e a sua atuação enquanto líder do Congresso no governo de Michel Temer (MDB).

Foi então a partir deste contexto de disputa acirrada que o delegado Alessandro Vieira foi eleito pontuando 25,97% dos votos válidos, e reelegendo em segundo lugar o ex-deputado federal Rogério Carvalho (PT) com 16,42% dos votos válidos, Alessandro desde então é tido como uma renovação política não apenas por sua vitória na cena eleitoral sergipana, mas por carregar a bandeira anticorrupção. Protegido por escândalos e denúncias políticas que assolaram e se projetaram no Brasil, o discurso e a prática efetiva no combate a corrupção foram recursos centrais durante a sua campanha eleitoral, principalmente quando acionadas frente às denúncias frente os partidos do PT e PP, entre outros partidos das principais oposições no Estado de Sergipe.

Vale salientar que especificamente que no caso em Sergipe em suas diversas regiões a militância estabelecida na construção das campanhas políticas não surgem exclusivamente através dos partidos, mas a partir das lideranças políticas sergipanas. Por exemplo a concessão da importância significativa do ex-governador Marcelo Déda (PT), do ex-governador Jackson Barreto (MDB), do ex-governador e ex-senador Antônio Carlos Valadares (PSD), do ex-governador João Alves Filho (DEM), e assim consequentemente diversas outras figuras, seguem então uma determinada linearidade do apoio representativo da sociedade civil. Ou seja, a identificação da base eleitoral segue muito mais as diretrizes da liderança do que em relação ao partido em que o candidato ou político está filiado.

Entretanto, a vitória eleitoral do delegado Alessandro Vieira (MDB) colocou em evidência na política sergipana condições efetivas na representação entre o legislativo e executivo a partir da causa anticorrupção, caso que não se encontrava na cena política de Sergipe. Entende-se então que através desse recurso mobilizador frente ao eleitorado e sociedade civil, novas perspectivas políticas foram estabelecidas entre os políticos do Estado. Perspectivas que influenciaram determinadas novas formas de relações, alianças e composições dos grupos em relação às eleições municipais de 2020.

Enquanto Senador da República do Estado de Sergipe, o delegado Alessandro Vieira iniciou então a fazer cada vez mais parte da política estadual, liderando grupos de formações políticas que contribuía para o empenho da renovação política local e nacional. Sendo então a pauta central dos movimentos que integrava, como o Movimento RenovaBR. A renovação e a construção de uma política anticorrupção são elementos centrais na formação destes movimentos, por isso sua inserção nestes grupos enquanto uma rede política de aliança e desenvolvimento profissional.

Salienta-se que o Senador Alessandro Vieira desde então é visto como um líder em Sergipe, por contribuir aos movimentos de renovação e integrar na construção do “Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS)”, o qual dedica-se a “contribuir para a melhoria do processo político e de qualidade da democracia no país”. O RAPS tem então como direcionamento o apoio aos “líderes políticos eleitos” de diversos partidos que busca em seus respectivos pleitos imprimir um crescimento democrático da renovação e “boa política”. Entretanto, esses atores políticos defendem um suas diretrizes princípios partidários e ideológicos quanto à transparência, boa conduta, boas práticas e a bandeira anticorrupção.

Imerso na atuação política, o ex-delegado Alessandro Vieira desde então passou a crescer dentro da política estadual e nacional enquanto uma liderança representativa buscando direcionar sua carreira política atrelada à bandeira de combate em todas as formas corruptas existentes na política brasileira. Entretanto vale destacar que a sua configuração enquanto uma nova liderança política se constitui principalmente através do peso representativo do seu cargo enquanto senador. Porém, mesmo que se vincule a uma causa de renovação política e combate a velhas práticas organizacionais da política, Alessandro Vieira passou a construir o seu próprio agrupamento político e alinhar-se a coligações partidárias que eram influências do “velho” método da política estadual e nacional.

Ao longo da sua trajetória política, Alessandro Vieira a defesa da causa anticorrupção foi um pilar central em seu mandato, o exemplo disso é a sua participação na CPI da “Lava

Toga” onde a comissão parlamentar de inquérito foi marcada pela solicitação e aprovação da CPI que tinha como finalidade investigar os magistrados dos Tribunais Superiores e o Poder Judiciário, tendo como principal objetivo responsabilizar juízes togados, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF), onde poderiam levá-los ao afastamento de seus cargos. Entretanto, a CPI não foi adiante e foi arquivada. Outro exemplo prático da sua notória visibilidade no Senado foi a CPI da Covid-19 a qual visava investigar a condução do Governo Federal, em relação às medidas sanitárias para conter a disseminação do vírus, como investigar os responsáveis pelo transtorno da saúde do país, ações como essas marcaram e marcam sua trajetória política.

A respeito da trajetória de Danielle Garcia (ex-CIDADANIA e atual PODEMOS) é destacada por seu trabalho no Departamento de Combate a Crimes contra a Ordem Tributária e à Administração Pública (DEOTAP) e o impacto causado na política sergipana. Danielle Garcia é sergipana e formada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, foi Diretora do DEOTAP, sendo inclusive uma das delegadas convidadas quando da sua configuração como departamento especializado ao combate dos crimes de corrupção no estado de Sergipe. Também fez parte da equipe de Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça (DRCI/SNJ) e foi instrutora em cursos promovidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça.

A relevância das operações que coordenava relacionadas aos crimes de corrupção se destacou devido ao envolvimento de políticos do estado sergipano, tendo como exemplo a Operação Indenizar-se na qual vereadores da Câmara Municipal de Aracaju, estes foram investigados pelo desvio de recursos públicos, e na Operação Babel, a mesma operação em que o delegado Alessandro Vieira teve atuação de forma pontual enquanto ocupava o cargo de Delegado Geral da Polícia Civil. Vale destacar que essa operação resultou no afastamento do ex-deputado Mendonça Prado, que durante o período da investigação estava na presidência da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) em Aracaju.

A partir da sua trajetória profissional relevante na luta contra a corrupção em Sergipe, a delegada Danielle Garcia atrela-se ao delegado Alessandro Vieira. Dando início então se filiando ao Cidadania e lançando enquanto desafio uma campanha eleitoral para a prefeitura municipal de Aracaju. A delegada Danielle Garcia desde então construiu seu plano de gestão e de campanha eleitoral embasado na busca da renovação política para a capital de Sergipe,

mobilizando por diversas vezes a agenda de combate à corrupção como algo central no plano que traria a execução. Conforme a própria delegada afirma:

“Coloco-me à disposição dos aracajuanos para fazer uma nova gestão, com boas políticas e práticas de gestão pública, e tudo isso com as marcas da transparência, da eficiência e do implacável combate à corrupção já conhecidas pelo povo aracajuano em minha atuação, por exemplo quando estive coordenando o Deotap à frente de operações como a Indenizar-se, a Avalanche e a Torre de Babel” (LIMA, JL POLÍTICA, 2020).

Em 2020 a então delegada Danielle Garcia (Cidadania) se candidata para as eleições municipais, atrelada ao discurso da renovação, transparência e prestação de contas, calcada nos anos de experiência nas atividades exercidas enquanto delegada do DEOTAP e o saber fazer no combate a corrupção em Sergipe. A campanha política então é um reflexo disso, como afirma a delegada Danielle Garcia, em reportagem a TV local:

Susane: Enquanto delegada, a senhora fez uma série de operações e atingiu diversos políticos. Na época, muitos deles disseram que as operações eram perseguições eleitorais. A senhora negou, mas anos depois a senhora se filia a um partido e se candidata a prefeita de Aracaju. Como convencer o eleitor que de fato, lá atrás, a senhora não pensava em política ao realizar aquelas operações?

Candidata: É muito tranquilo falar sobre isso, porque as operações se direcionaram a todos os tipos de partidos, e pessoas da oposição, da situação. Foi assim na Assembleia Legislativa, foi assim na Câmara de Vereadores. Então nossa situação sempre foi muito clara, correta, honesta e transparente com todos. Tanto assim que a imprensa noticiava e comparava todo o desenrolar dessas operações. Sempre desenvolvi meu papel policial, seja no Cope, onde eu trabalhei quase quatro anos. Depois 10 anos na Deotap, com muita destreza. Em meu favor, eu tenho a dizer que nunca prestigiei o partido A ou o partido B. Tanto a oposição, quanto a situação foram investigadas dentro daquilo que chegava pra mim como diretora da Deotap para investigar.

Susane: A senhora se apresenta como a nova política, mas se aliou a lideranças históricas do nosso estado. O seu vice, inclusive, carrega um dos sobrenomes que há mais tempo estiveram em Sergipe, nessa liderança. Por que seus aliados tradicionais são diferentes dos aliados tradicionais do seu adversário?

Candidata: Porque os meus aliados, eles não têm problemas com a Justiça, porque não são investigados pela Polícia Federal, não respondem processo. Eu estou falando de três aliados. Valadares Filho, meu vice, um cara sério que teve três mandatos de deputado federal, e não responde a um processo. Estou falando de Eduardo Amorim, um cara que foi deputado e senador, também muito bem avaliado. E estou falando de Milton Andrade, um empresário de sucesso que traz toda a experiência do ramo empresarial para o

desenvolvimento econômico dentro daquilo que a gente pesou para o plano de governo. Esses são meus aliados. Basta comparar com os aliados que estão no outro lado. Tão falada e velha ou nova política, tendo aliados processados e aliados limpos é muito tranquilo pra mim. Ao meu lado só temos pessoas honestas e comprometidas com a coisa pública. (G1, 2020).

A partir da entrevista concedida ao programa SETV 2ª Edição, Danielle Garcia apresenta como se portou durante a condução das operações anticorrupção em Sergipe, mesmo afirmando à jornalista Suzane Vieira de que nas operações em que ela estava coordenando não estava optando por ataques a grupos políticos, partidos e afins, em sua campanha à prefeitura de Aracaju ela se vincula partidariamente ao grupo de oposição ao ex-governador Jackson Barreto. Mas que as mesmas tinham um caráter de revelar os casos de corrupção em Sergipe.

Na 1ª pergunta feita na entrevista, Danielle Garcia demonstra como de forma prática existe no momento de pensar suas candidaturas os bacharéis em direito (neste caso a delegada), redireciona sua agenda profissional para o universo político. Colocando à disposição de seus respectivos eleitores seus conhecimentos técnicos, aprendidos no espaço jurídico para o crescimento e a serviço da sociedade, a exemplo disso é a sua citação a respeito dos anos de experiência nas estâncias desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, e o tempo de trabalho ao lado do ex-ministro da justiça (Sérgio Moro).

Danielle Garcia não vence as eleições municipais de 2020, a delegada teve 109.864 votos, o que corresponde a 42,14% dos votos válidos, porém não cessou nas investidas e no envolvimento político, em 20/07/2021 Daniele Garcia se integra ao Partido Podemos, assim possivelmente sendo uma garantia de um novo agrupamento político para as próximas eleições. Embora a Danielle Garcia faça parte do corpo de políticos que se defendem e levantam a bandeira anticorrupção, para a eleição municipal de 2020, a candidata se viu condicionada a compor coligação com alguns antigos políticos sergipanos, amplamente conhecidos no cenário estadual e nacional. Formando chapa com o ex-deputado federal Valadares Filho (PSB) para o cargo de vice-prefeito, além do apoio de outros políticos: ex-deputado federal André Moura (PSC), Edvan Amorim (PL), ex-senador Antônio Carlos Valadares (PSB) e do ex-senador Eduardo Amorim (PSDB). Ou seja, com o intuito de conseguir consagrar-se na política municipal, a delegada Danielle Garcia trilhou os mesmos caminhos do seu ex-colega de trabalho, o ex-delegado e atual senador Alessandro Vieira, buscando fazer uso das atribuições constituídas em sua trajetória.

Atualmente, a delegada Danielle Garcia filiou-se ao PODEMOS no meio do ano de 2021, chegando ainda ao cargo de presidente regional do partido em Sergipe. Contudo, a filiação de Danielle para o PODEMOS foi respaldada principalmente vislumbrando-se o seu sucesso eleitoral na última eleição de 2020, e assim potencializando o seu nome para a composição de uma grande coligação que vise minimizar os poderes eleitorais do grupo arregimentado pelo então governador Belivaldo Chagas (Partido Social Democrático - PSD) para a sucessão eleitoral. Cogitando-se inclusive a possível indicação da delegada Danielle Garcia para o cargo de senadora ou deputada federal, entretanto a ex-delegada atualmente compõe o governo atual (2023) do estado, enquanto secretária de políticas para as mulheres, sendo base do atual governador Fábio Mitidieri Chagas (Partido Social Democrático- PSD)

A construção desses delegados em Sergipe não se restringe apenas à esfera do ambiente jurídico em que o profissional se formou se torna, contudo, um bacharel capaz de gerenciar os problemas em torno da sua profissão e fora dela, nesse caso a arena da política sergipana. Diversos meios hoje se tornam como uma dimensão mobilizadora para a construção de suas trajetórias profissionais próprias, se destacam nesse quesito o delegado Alessandro Vieira e a delegada Danielle Garcia por grande capilaridade em assumir determinada “causa” social dentro da esfera jurídica, como é o caso da luta contra corrupção e a segurança pública, questões que mobilizam a sociedade e que em muitas das vezes e não de forma exclusiva nesse caso são personificadas em delegados paladinos das causas frente ao Estado.

4.1 A agenda anticorrupção e a formação de lideranças profissionais.

Nesse eixo apresentaremos os dados que foram produzidos a partir das informações obtidas com o campo, tal imersão se sucedeu em um primeiro momento no Departamento de Crimes contra Ordem tributária e Administração Pública (DEOTAP) e por conseguinte, nas delegacias da capital sergipana, a qual os delegados em questão foram realocados após percurso profissional no departamento central desta pesquisa. No processo de desenvoltura do campo, foi possível aplicar cerca de 04 questionários com os delegados (modelo em anexo), assim como, com a atual delegada do DEOTAP, buscamos então os delegados apresentados a partir da tabela 01 já destacada anteriormente a respeito dos membros do departamento que está sendo analisado no presente estudo.

Os objetivos de nosso recorte metodológico, tinham o intuito geral de traçar uma espécie de "perfil social" do grupo investigado na pesquisa, a partir dos seguintes indicadores:

a) Origem social: profissão, nível de escolaridade dos progenitores; b) Socialização profissional: instituições primárias; inserções no mercado de trabalho; Influências sociais para tal ação; cargos já ocupados e as principais atuações em seu ramo e também extraprofissional. c) inserção em outras esferas sociais: participação em movimentos estudantis; militância partidária; corporativismo e sindicalismo; participação em grupos de ações filantrópicas e de assistência social (ONGs, igrejas).

Os indicadores mencionados anteriormente, configuram as categorias de análise das possíveis redes/relações sociais construídas pelos delegados ao longo de suas trajetórias. Tais marcadores trouxeram condições de compreensão a respeito da estrutura de capitais (cultural, político, econômico) e posição social dos profissionais entrevistados em campo.

Os dados obtidos foram:

Tabela 4: Delegados profissionais do DEOTAP			
Nome	Idade	Estado	Etnia/Raça
	46		
Delegado 01	anos	BA	Branca
	45		
Delegado 02	anos	MG	Branca
	43		
Delegado 03	anos	SE	Parda
	46		
Delegado 04	anos	BA	Parda

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os dados explicitados na tabela 4, apresenta informações gerais sobre o perfil dos entrevistados. A seguir, iremos esmiuçar as particularidades dos delegados contemplados na pesquisa.

O delegado 01 tem cerca de 46 anos de idade, sendo natural da cidade de Salvador-BA, seus pais são aposentados, tendo seu pai alcançado apenas o ensino fundamental enquanto que sua mãe chegou a cursar ensino superior. O entrevistado possui também formação universitária, tendo cursado pós-graduação em direito penal e processo penal pela FASE; Gestão estratégica em segurança pública pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Sua atuação profissional teve início na Polícia Civil de Sergipe, especificamente na delegacia de Boquim/SE, município do estado, por investidura em concurso público. Assim como,

participou de cursos de treinamento no combate à corrupção, tais como "repressão à lavagem de dinheiro" em Santa Catarina.

No que se refere aos principais campos de atuação do entrevistado (Pergunta 11 do questionário de pesquisa em anexo), o delegado 01 relata suas experiências com: participação na coordenação do Departamento de atendimentos a grupos vulneráveis; coordenação da delegacia plantonista; diretoria da academia de Polícia Civil; Coordenação do departamento de Pesquisa e Estatística, e por fim, a Coordenação no DEOTAP.

Na categoria "situações marcantes" (Pergunta 13 do questionário de pesquisa em anexo), o entrevistado menciona que as prisões de gestores municipais, buscas e apreensões em órgãos públicos e residências de gestores são as situações destacadas em sua trajetória profissional que ganham maior repercussão subjetiva.

No que se refere a categoria "atuação em outras esferas sociais" (Pergunta 12 do questionário de pesquisa - em anexo) o mesmo diz ter atuado em ações de assistência com a União Espírita a qual esse também é membro.

Sobre o Delegado 02: O entrevistado tem cerca de 45 anos de idade, sendo natural da cidade de Itaúna em Minas Gerais e seus pais ocupam o cargo social de professores. O agente em questão possui formação superior, tendo cursado pós-graduação em Ciências Penais e Segurança Pública. Iniciou sua trajetória profissional atuando no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais através de investidura em concurso público. Participou de diversos cursos de treinamento e especialização no combate à corrupção, citando a "formações em lavagem de dinheiro, inteligência financeira e a recuperação de ativos." No que se refere às principais atuações profissionais e extraprofissionais de sua carreira, o mesmo cita "enquanto delegado" no DEOTAP, as minhas atuações principais foram no combate aos crimes contra a administração pública e sonegação fiscal, acompanhando todos os processos" (grifos do autor). Com isso, sua inserção em outras esferas públicas se direcionou à função de protetor individual comunitário de animais.

A respeito das situações marcantes que vivenciou durante o exercício profissional do DEOTAP, ele destaca: "sentimento de colaboração com uma sociedade mais justa e por outro lado frustração com as dificuldades impostas pelas práticas estabelecidas". Ao finalizar seus relatos sobre essa menção, o entrevistado 02 cita que essas dificuldades foram impostas pelo próprio sistema de justiça, em julgar os condenados dos crimes de corrupção.

Sobre o Delegado 03: O entrevistado tem cerca de 43 anos de idade, sendo natural da cidade de Aracaju em Sergipe; seu pai advogado e sua mãe engenharia agrônoma, o mesmo

possui formação universitária, tendo cursado pós-graduação em segurança, sociedade e políticas públicas. Iniciou sua carreira por investidura em concurso público, onde participou de diversos cursos de treinamento e especialização, ele cita: detecção de fraudes em licitação: programa nacional de capacitação e treinamento ao combate à corrupção e lavagem de dinheiro. No que se refere aos principais campos de sua atuação, (pergunta 11 - questionário em anexo) o mesmo menciona "ingressei na carreira de delegado no ano de 2006, atuei por aproximadamente 10 anos em unidades especializadas no atendimento a grupos vulneráveis, estou no DEOTAP há 6 anos, acredito que ambas as atuações foram as minhas principais atuações" (grifos do autor). O mesmo a respeito da inserção em outras esferas sociais destaca que durante a sua graduação construiu o movimento estudantil e atualmente não atua em outros grupos.

Dentre as situações marcantes que foram vivenciadas pelo entrevistado, este cita as operações de combate a corrupção como as mais relevantes (pergunta 13 - Questionário de pesquisa anexo), sendo destacadas 3 destas operações como as mais significativas para o desenvolvimento dele enquanto delegado, sendo denominadas respectivamente: a) Operação Xequê mate no sertão (Carira); b) Operação Laços (Moita Bonita) e c) Operação Ceres.

Sobre o Delegado 04: O entrevistado tem cerca de 46 anos de idade, sendo natural da cidade de Salvador - BA, seu pai é advogado e sua mãe economista. O mesmo teve formação superior, cursando pós-graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2020). Iniciou sua trajetória profissional na delegacia regional de Tobias Barreto, município sergipano 2021 por meio de investidura em concurso público. Somado a isso, participou de cursos de treinamento sobre ações policiais de combate à corrupção e o curso de inteligência financeira. Seus principais campos de atuação foram no "ao me formar em 1999, advoguei por 9 meses e em 2000 passei no concurso da polícia civil, onde atuei como delegado de polícia por 22 anos" (Grifos do autor). A respeito da inserção em outras esferas sociais (pergunta 12 - Questionário de pesquisa), o delegado atua no sindicato dos delegados e integra a Associação dos Amigos da Oncologia (AMO) e participa de ações da Igreja.

Por fim, ao ser indagado das situações marcantes que vivenciou em sua atuação nas operações de combate a corrupção, o mesmo menciona: "Atuar no combate à corrupção é buscar ter uma visão dos problemas de forma macro, na defesa de toda sociedade como corpo coercitivo. Já nas demais delegacias, o trabalho é individual, corpo a corpo, vítimas individuais (visão micro)".

Dito isto, refletiremos então a construção por parte desses delegados em suas trajetórias profissionais. Todos os delegados que responderam os questionários participaram das especializações e cursos de treinamento no combate à corrupção. Os cursos foram frutos do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), estrutura criada no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) do Ministério da Justiça e Segurança Pública em 2004, sendo desde então o órgão responsável no Brasil que tem como atribuição atuar na recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional.

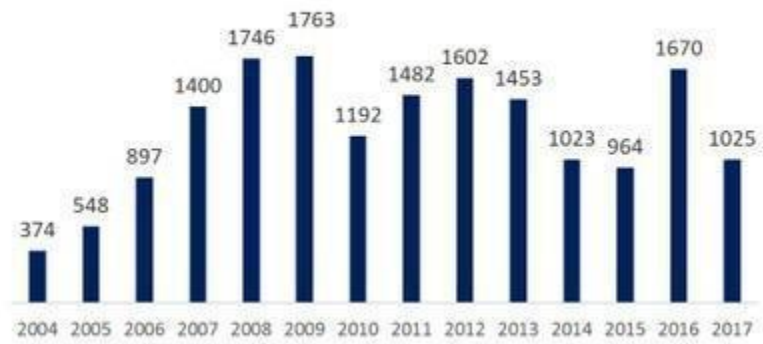
Neste contexto, surge a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) aqui já contextualizado em outro momento da pesquisa. Os cursos surgem a partir do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), cujo objetivo era criar um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade civil, otimizando a utilização de recursos públicos, disseminando e criando uma cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil e, sobretudo a atuação desses agentes públicos nos estados a partir das forças-tarefas. O gráfico abaixo contribui em analisar o crescimento dos cursos realizados através do PNLD:

Figura 7: Cursos Realizados através do PNLD



Fonte: Dados do ENCCLA (2024).

Figura 8: Agentes Capacitados
PNLD - Agentes Capacitados. Total 17.139



Fonte: dados do ENCCLA (2024).

De certo, foi necessário para esses delegados sergipanos a participação e integração nesses cursos de treinamentos ofertados, para a capacitação em atuar no combate a corrupção em Sergipe. Uma necessária manutenção dos seus currículos profissionais para atuar nas operações através do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP durante os períodos de exercício da função policial.

Assim é necessário salientar a dinâmica de rotatividade nas funções desses delegados entrevistados, os delegados 01 e 03 ainda se encontram em função de serviço no Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP, em contrapartida os delegados 02 e 04 atualmente atuam em departamentos e delegacias distintas, o delegado 02 no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP e o delegado 04 na Unidade Policial – Central de Flagrantes. Ambos ao responderem à questão 13 do questionário (em anexo) apresentam questões que dimensionam o *habitus* enquanto perspectiva no olhar do delegado policial nas funções das forças tarefas no combate à corrupção. Delegado 02: “sentimento de colaboração com uma sociedade mais justa e por outro lado frustração com as dificuldades impostas pelas práticas estabelecidas”. Delegado 04: “Atuar no combate a corrupção é buscar ter uma visão dos problemas de forma macro, na defesa de toda sociedade como corpo coercitivo. Já nas demais delegacias, o trabalho é individual, corpo a corpo, vítimas individuais (visão micro)”. Mais à frente iremos desenvolver questões analíticas a partir desse olhar mencionado.

Quadro 3: Inserção no universo jurídico profissional

Delegado	Onde começou?	Onde estão?
----------	---------------	-------------

1	Concurso Público na Polícia Civil de Sergipe atuando na delegacia de Boquim/SE	Delegada Geral do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP
2	Concurso Público no Tribunal de Contas de Minas Gerais	Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP
3	Concurso Público na polícia Civil	Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP
4	Advogou por 9 meses e em seguida foi aprovado no concurso Público atuando na Delegacia Regional de Tobias Barreto/ SE (2001)	Unidade Policial: Central de flagrantes

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Através disso podemos elucidar que durante as trajetórias desses delegados que atuaram no DEOTAP e atualmente estão em outros espaços da polícia civil, um olhar para as suas trajetórias profissionais refletidas nas expertises em saber lidar com os problemas que chegam até suas unidades policiais, como no caso do delegado 04 que reflete as dimensões “macro e micro” da atuação profissional seja nas operações de pesos maiores como no caso de crimes entendidos pelo judiciário enquanto crimes de corrupção e desvio de verbas públicas, onde o efeito maior recai sobre o Estado e as contas públicas, tendo em contrapartida sua atuação na central de flagrantes, onde o dano recai sobre o próprio de cidadão comum, em casos de roubos, danos físicos e materiais de valor menor.

4.2 Indicadores de origem de formação educacional

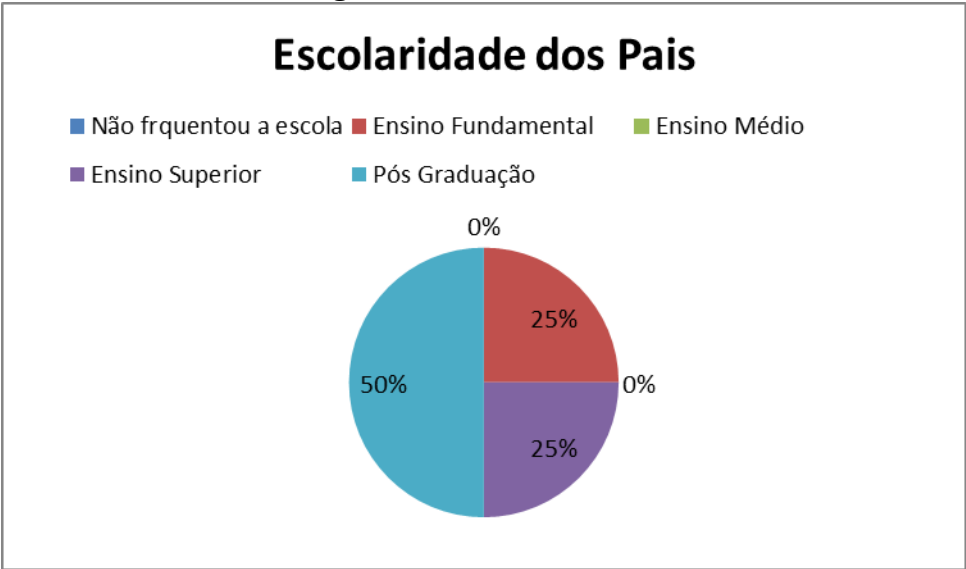
Em relação aos saberes, valores sociais, educacionais e das formas de transmissão das intenções e das carreiras familiares, Bourdieu (2001) afirmou que:

A herança bem-sucedida é um assassinato do pai consumado a partir de sua própria injunção, uma superação dele destinada a conservá-lo, manter seu “projeto” de superação que, enquanto tal, está na ordem das sucessões. A identificação do filho com o desejo do pai como desejo de ser continuado faz o herdeiro sem história. (Bourdieu, 2001, p. 232).

As origens sociais dos delegados se apresentam a partir de disposições heterogêneas, entretanto não significa que as origens sociais sejam esquecidas, ou menos desfavorecidas especialmente em relação às suas trajetórias profissionais. Essa condição pode ser entendida a partir da análise de Bourdieu (2001), que afirma acerca das classes e indivíduos em ascensão, em que isso ocorre devido a relação da determinação pessoal em ascender e o acúmulo prévio de capital. Refletindo sobre o seio familiar que esses delegados advêm a partir do processo de escolaridade dos seus pais, podemos entender que essas famílias se encontram providas de volume e estrutura de capitais, tais como: econômico, acadêmico, intelectual, linguístico, simbólico e meios de dispositivos sociais culturais que contribuam para o seu desenvolvimento pessoal.

Entretanto compreendemos que as tradicionais práticas sociais das elites descritas por Bourdieu em *La distinction* (1979) precisam ser avaliadas, com base em novas pesquisas empíricas que focalizem as práticas de ensino e escolarização, no caso desta pesquisa entre os delegados de polícia. Como demonstra a figura e quadro abaixo:

Figura 9: Escolaridade dos Pais



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Tabela 5: Profissão dos Pais

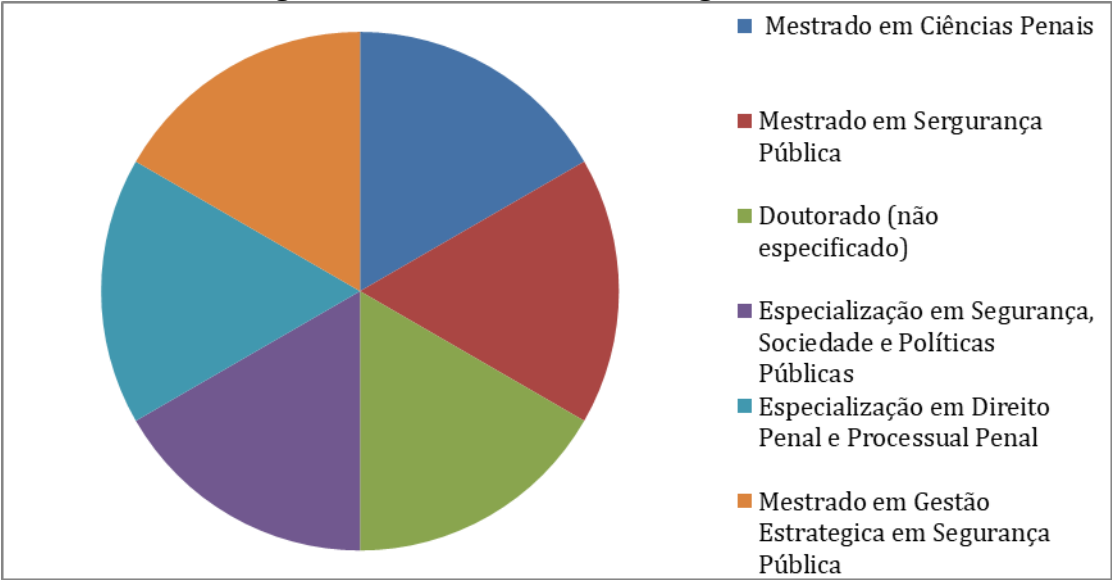
Nome	Pai	Mãe
------	-----	-----

		Aposentada
Delegado 01	Aposentado (não especificou)	(não especificou)
Delegado 02	Professor	Professora
Delegado 03	Advogado	Eng. Agrônoma
Delegado 04	Advogado	Economista

Fonte: Elaborado pelo autor

De certo entendemos que essas famílias se encontram providas de volume e estrutura de capitais, tais como: econômico, acadêmico, intelectual, linguístico, simbólico, social etc. “São os recursos sociais que caracterizam suas formas de entrada e modalidades de ascensão profissional (PETRARCA; LIMA; BOMFIM 2021)”. Dessa forma representam um contexto brasileiro, sendo um dos grupos mais bem informados e preparados para as disputas por melhores posições sociais, utilizando estes recursos sejam eles de origem familiar, política ou profissional, para o acesso às posições jurídicas. Exemplo o processo de escolaridade dos próprios delegados analisados:

Figura 10: Escolaridade dos Delegados



Fonte: Elaboração própria, 2024.

4.3 Entrevista com a Delegada geral do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP

O processo de imersão necessário ao desenvolvimento dessa entrevista, foi algo desafiador para mim enquanto pesquisador. O acesso a entrevistada não foi algo simples, o que me levou a precisar remarcar diversos de nossos encontros devido às demandas da profissional em questão, ao todo foram cerca de 03 visitas ao DEOTAP, e 2 remarcações para reavaliação da mesma.

Importante pontuar que, em comparação aos demais departamentos no DEOTAP, o diálogo com a figura da delegada exigiu um conjunto de protocolos de segurança impostos a mim enquanto pesquisador, como por exemplo, à apresentação de documento oficial com foto para fotocópia e encaminhamento para a sala de análise de dados do departamento. Esse procedimento de acordo com os responsáveis pela repartição era para fins de segurança, principalmente por se tratar da figura da delegada geral, sendo necessário ao longo da desenvoltura da entrevista o acompanhamento também de membros da secretaria. Esses registros são apresentados, no intuito de explicitar os desafios experienciados com o campo, como um elemento que também constituiu o processo de realização da pesquisa. Pois nem todas as partes do encontro são possíveis de gravação, então nesse cenário estamos de frente para a seguinte questão:

Como se faz então, quando se tem uma maioria de dados empíricos coletada por observação participante e apenas uma pequena parte de entrevistas gravadas? A resposta é clássica e simples, mas muitas vezes esquecida: podemos recorrer à indexação e fazer análise de conteúdo do diário de campo. E no fim relata-se aos leitores como foi o processo. (R. Cachado, p.13, 2021)

Dito isto, a entrevista ocorreu no dia 30/11/2023 marcada para às 08h30min da manhã, iniciada por volta das 09h10min da manhã, utilizando o recurso de gravador de voz do aparelho celular com duração de 11 minutos e 42 segundos. Tendo em vista que o tempo da entrevista foi condensado devido às ocupações profissionais da delegada entrevistada.

Pesquisador: Gostaria que a senhora se apresentasse, naturalidade; quantos anos de atuação enquanto delegada e destacasse se possível as principais atuações até sua chegada ao DEOTAP.

Delegada Geral: Bem, meu nome é Thais Oliveira Lemos, tenho 46 anos de idade, nasci em Salvador, Bahia. Estou aqui em Sergipe desde 2001, foi o meu primeiro concurso público, passei aqui como delegada. Eu já tinha 24 anos, então estou há 22 anos como delegada de polícia de Sergipe. Inicialmente eu comecei como delegada de polícia de

Boquim, fiquei uns dois meses lá. E de lá para cá, eu vim para aqui para Aracaju, fiquei sete anos na Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária. Era a parte só de sonegação fiscal, a gente fez grandes operações no combate à sonegação, junto à Secretaria da Fazenda e depois fiquei na coordenadoria da plantonista e mais seis anos e oito meses à frente do DAGV, no Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis. Lá eu assumi a coordenação em relação ao combate, no enfrentamento à violência contra a mulher. E após a saída do DAGV, em 2017, eu estou aqui no DEOTAP, já são cinco anos, não é isso? Já voltei para o DEOTAP, que foi logo no início da minha carreira, eu fiquei sete anos, só que a época não era DEOTAP, era a DEOT, era a Ordem Tributária. Hoje é Ordem Tributária e Crimes contra a Administração Pública, que tem a questão e a ênfase maior no combate à corrupção.

Pesquisador: A partir da sua coordenação frente ao DEOTAP, gostaria que comentasse como se dá a relação atual do DEOTAP frente à sociedade civil no combate à corrupção?

Delegada Geral: Bem, no DEOTAP, a comunicação com a população não é tão próxima, em termos de corpo a corpo, como em outras unidades de polícia. Mas aqui nós temos um canal muito aberto, através do Disque Denúncia, através de denúncias diretas, as pessoas vêm aqui, entregam uma documentação, informando que está havendo possível o desvio de verba pública, casos de corrupção em determinada prefeitura, em determinado órgão público, através de e-mail, telefone. E assim, o que mais dá credibilidade e o que mais chama a atenção da população é quando a gente expõe os nossos trabalhos. Se a gente faz uma busca e apreensão em determinado município, se a gente divulga uma investigação na imprensa, imediatamente o número de denúncias multiplica, vem o dobro do que está o que a população consegue visualizar, que aquele trabalho é executado, que ao efetivo combate à corrupção. Esse ano a gente fez umas três operações no interior do estado, de combate à corrupção, com buscas e apreensões. Estamos ainda dando segmento à questão do desvio, da possível lavagem de dinheiro. Aqui é um departamento que tem uma marca muito consolidada diante da sociedade, porque desde a gestão anterior que Sergipe vem mostrando que realmente tem interesse em apurar esse tipo de crime e que une as forças do estado. A polícia civil tem até uma pergunta sobre isso. Fortaleceu o nosso trabalho dando uma excelente estrutura, montando uma equipe, organizando a questão tecnológica, melhorando também a matéria de investigação através de meios tecnológicos. Então, a nossa interação com a sociedade é muito próxima no sentido de que estamos abertas a receber as denúncias e dar segmento. Nada aqui a gente arquiva sem dar uma atenção, sem olhar. Então, a gente

pede à população que divulgue, que faça a denúncia através do 181, através do nosso e-mail. E estamos aqui de portas abertas para isso.

Neste 1º bloco buscamos conhecer a trajetória da delegada geral e a sua relação enquanto profissional gestora do principal departamento nas operações de combate a corrupção em Sergipe. Entende-se que de determinada forma a própria diretora concebe a definição e o papel civil que se encarrega quando destaca “Aqui é um departamento que tem uma marca muito consolidada diante da sociedade, porque desde a gestão anterior que Sergipe vem mostrando que realmente tem interesse em apurar esse tipo de crime e que une as forças do estado”. A diretora reafirma o papel profissional enquanto um agente jurídico, ao nomear o Estado de Sergipe enquanto um aliado no apoio da polícia civil e a sua própria gestão por compor o quadro de membro do departamento desde 2017, consequentemente atuou durante as gestões governamentais de Belivaldo Chagas (PSD) em 2018-2022 e atualmente na gestão de Fábio Mitidieri (PSD) 2023-2026.

Esse movimento analisado acima me recorda mais uma vez questões apreendidas nas relações de alianças utilizadas enquanto recursos em potencial que contribuem para a manutenção das redes e dos capitais próprios; profissionais ou políticos, como já registrado:

“De modo geral, colocam em relevo o peso dos recursos sociais, sejam eles de origem familiar, política ou profissional, para o acesso às posições jurídicas. O exame desse ofício a partir do background social dos seus dirigentes permite compreender os padrões e as condições de ascensão profissional, assim como das estratégias que caracterizam o acesso às posições de maior prestígio nesta atividade.” (Petrarca; Lima; Bomfim; 2021).

Neste segundo bloco buscamos elucidar as relações institucionais por parte interna da estrutura de funcionamento da Polícia Civil e o Governo do Estado, frente ao aumento das operações de combate a corrupção em Sergipe:

Pesquisador: Entrando nesse ponto, a senhora comentou que a polícia civil fomenta a instituição a partir da contribuição que ela tem com o DEOTAP, um fortalecimento dentro da instituição. Como a senhora visualiza essa importância e se existe até hoje, mesmo depois do boom dessas investigações que se deu em determinado momento, se existe essa contribuição, esse fomento que vocês têm em termos de linearidade? Enfim, como a senhora visualiza a importância do diálogo entre a polícia civil e o governo do Estado?

Delegada Geral: Então, esse fomento, esse investimento e esse apoio que o governo do Estado e da polícia civil dá aqui ao departamento é muito forte. Como eu falei, a gente se equipou tanto de forma de estrutura, como de maquinário, como de recursos humanos também. Hoje a gente tem um setor só de análise de dados, que é a questão da extração de

dados na parte de telefone, computadores. Tem uma equipe de investigação nisso, de análises bancárias, de análise de documentos. Somos aqui três delegadas. Uma no núcleo de combate à sonegação fiscal e duas no núcleo de combate à corrupção. A importância, assim, é a questão da recuperação de ativos. É um crime que não deixa a violência. O crime de colarinho branco. Então, o que é que dói no indivíduo é o bolso. Então, a gente tenta promover medidas para que haja a recuperação do valor desviado para o erário, para a gestão, para o poder público. Porque o dinheiro que não é investido, que é desviado, deixa de ser investido na saúde, na educação, na moradia. Então, assim, o governo, a gestão, o executivo como um todo, tem esse olhar sensível da importância do nosso trabalho, da responsabilidade que a gente tem aqui, da dificuldade da investigação, porque é uma investigação altamente inteligente, uma investigação que requer paciência, requer tempo, análise de dados, análises bancárias, de telemáticas e outros dados, e que realmente constitui uma prova de que há a malversação dos bens e do dinheiro público. Então, é claro que o Estado como um todo quer garantir o retorno desses bens, desses valores para o seio da comunidade. Nosso objetivo é esse, é restituir, é reintegrar à sociedade do que lhe foi desviada indevidamente e tentar de uma forma preventiva, com essas ações, que as pessoas deem um freio de arrumação, dê um *stop*, não vou parar com isso, porque eu sei que posso ser processado, vou ser preso, e aí tem medidas cautelares que a gente propõe ao Judiciário, que é o afastamento da pessoa do cargo público, a questão também do sequestro dos bens. Então, ano passado, a gente fez uma operação muito grande, que foi o bloqueio de mais de 10 milhões em dinheiro dos investigados, com a apreensão de 30 veículos, e o pedido também para que essas empresas que promoviam fraude em licitações, não participassem mais dos contratos com o poder público.

De certo as concepções que a delegada acentua: *“Então, é claro que o Estado como um todo quer garantir o retorno desses bens, desses valores para o seio da comunidade. Nosso objetivo é esse, é restituir, é reintegrar a sociedade do que lhe foi desviada indevidamente”* nos comunica uma determinada aliança no modo de gerir instituições distintas (legislativo e jurídico) com o mesmo objetivo: o combate à corrupção. Essas alianças são estabelecidas entre o judiciário e a política assim como demonstra Fernanda Rios Petrarca e Arthur Ives Lima (2021) ao afirmar que são as interfaces conectadas da dinâmica política e o judiciário:

Desse modo, a formação do espaço jurídico é inseparável da constituição de um monopólio dos profissionais que detêm um poder exclusivo e uma competência particular que

lhes permitem o controle não só sobre a oferta dos produtos e serviços jurídicos, mas também sobre aquelas que envolvem o mercado político, como controle das eleições e as condições de realização das candidaturas. Por esta razão, uma sócio-história do judiciário é inseparável de suas interfaces com a dinâmica política. (Petrarca; Lima; Bomfim; 2021).

Na medida em que formos estendendo o diálogo, recuperando fatos importantes internos e o histórico no combate a corrupção no Estado de Sergipe, incidimos no contexto político através da entrevista:

Pesquisador: Gostaria que a senhora comentasse a respeito desse momento, retornando em que o DEOTAP teve um aumento nas operações, e se torna também como espaço propulsor, de certa forma também na formação da trajetória desses delegados, isso contribui também para que outros delegados se desenvolvessem, tanto suas trajetórias no espaço político, tanto também no espaço jurídico, sendo realocados em outros departamentos, outros núcleos, enfim, gostaria que a senhora mencionasse o seu olhar a partir disso, uma questão de prática e de recursos sociais disponíveis dentro da trajetória profissional, o modo de construir sua identidade profissional.

Delegada Geral: Certo, a identidade do departamento, como eu disse no início, é bastante forte, porque isso é um trabalho sólido, um trabalho que apresenta resultados para a sociedade, com a investigação, com a identificação de gestores e demais profissionais, demais administradores, que tentam dilapidar o patrimônio público, então a gente conseguiu fortificar nossa marca pelo trabalho, pela execução de trabalhos realmente com a identificação da autoria, da materialidade do crime, por sua vez, identificando a marca do departamento, as profissionais que aqui atuam, como eu e as outras duas, também tem uma ascensão profissional pelo compromisso, pela responsabilidade, pelo empenho no trabalho, o resultado, então isso faz com que a gente também atinja um reconhecimento, não só na sociedade, mas principalmente dentro dos colegas, porque é um departamento de muita responsabilidade, com uma matéria de alta complexidade, então os outros colegas de outros departamentos conseguem visualizar a nossa importância e a efetividade do trabalho aqui desenvolvido.

Nesse sentido, a ascensão profissional, jurídica ou política é construída a partir desse “reconhecimento” através da sociedade civil e como destaca “principalmente” por parte interna da polícia civil, dos colegas profissionais, das redes estabelecidas. São através dessas redes profissionais que ao analisar destaca-se o peso que exercem as redes de amizade

profissional, e assim passaram a ocupar um papel central no acesso a postos e funções jurídicas e políticas (Petrarca; Lima; Bomfim; 2021).

Retomando o foco da análise deste trabalho buscamos então através dos questionários e entrevista elementos explicativos ligados a situações mais amplas nas quais se insere esta pesquisa (a posição dos delegados em relação à instituição policial no campo de poder jurídico, e os diversos usos e interesses dentro da própria instituição policial por parte dos agentes) tendo em vista assim os aspectos ligados às condições sociais dos agentes jurídicos em voga. Sobretudo elementos para compreender o Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP como espaço propulsor na construção das trajetórias dos delegados e, todavia, a instituição policial integrante do campo jurídico.

Os delegados profissionais dotados de competência jurídica advindas de suas formações desde a graduação de bacharel em direito, nos treinamentos e capacitações realizadas afins de subsídios formativos na preparação das operações em combate a corrupção, e *expertises* adquiridas em suas trajetórias, portanto estejam aptos a participar das disputas do campo, estes se diferenciam a partir da composição de seu capital, ocupando posições diferentes nesse campo a partir do reconhecimento destes recursos. Os capitais sociais são, por exemplo, recursos sociais como as diferentes origens familiares, os indicadores de socialização profissional acionados, os diferentes cargos ocupados, a inserção em outras esferas sociais da sociedade civil, os principais campos de atuação profissional e extraprofissional tudo isso agrega aos delegados quantidades diversas de capitais sociais reconhecidos pelos que estão envolvidos no próprio campo jurídico e socialmente.

Segundo Acácia Maria (2005), em sua tese de doutorado em Sociologia intitulada “A construção da profissão policial: um estudo da Polícia Civil do Rio Grande do Sul” a qual se propõe analisar de que modo se constroem as práticas e representações da profissão policial a partir da estrutura da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. A autora apresenta em sua tese de doutorado a respeito deste processo de legitimidade por parte do campo jurídico durante as trajetórias dos delegados, emerge então a luz do conceito de “campo” permitindo a análise entre as relações e posições dos agentes, procurando desvendar o que está sendo acionado entre os agentes. A partir disso mobiliza dois conceitos centrais de Bourdieu “*campo e habitus*” em relação a estrutura da polícia civil como via investigativa sobre os efeitos das relações e capitais sociais acionados nas trajetórias dos agentes jurídicos. A ideia de campo segundo sua tese permite a análise das relações entre posições, buscando elucidar o que está sendo disputado entre os agentes.

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede, ou uma configuração, de relações objetivas entre posições. Estas posições são objetivamente definidas, em sua existência e nas determinações que impõem sobre seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (situs) presente e potencial na estrutura da distribuição da espécie de poder (ou capital) cuja posse dá acesso aos benefícios específicos que estão em disputa no campo, bem como através de suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (Bourdieu; Wacquant, 1992, p. 97, apud Hagen, 2005, p.59).

Assim, as possibilidades exercidas no campo podem ser bastante amplas, tendo em vista que os conflitos em uma questão juridicamente, como exemplo as operações de combate a corrupção e os prestígios profissionais e sociais advindos nesse processo são controlados pelos próprios profissionais que se situam em situações dominantes no campo de poder. A delegada geral entrevistada afirmar isso em outras palavras quando destaca que *“não só na sociedade, mas principalmente dentro dos colegas, porque é um departamento de muita responsabilidade, com uma matéria de alta complexidade, então os outros colegas de outros departamentos conseguem visualizar a nossa importância e a efetividade do trabalho aqui desenvolvido”*, ou seja, é a partir do campo que os efeitos jurídicos e sociais se estruturam e paralelamente elaboram os prestígios sociais a serem adquiridos por parte dos delegados em suas trajetórias como define Bourdieu “o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz.” (Bourdieu, 1989).

Nesse sentido as posições ocupadas delegados profissionais ou políticos no espaço jurídico apresentam diferenças por serem trajetórias e indivíduos distintos entre si, mas ocupam determinada similaridade quando estão passíveis de ingresso no campo jurídico, no indiciamento em inquérito policial diante as operações de combate à corrupção, nas redes extraprofissionais estabelecidas em ong's, organizações religiosas, atividades filantrópicas e movimentos políticos. A partir das diferenças e similaridades entre os recursos de que dispõem os delegados do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP buscam as posições formais dentro da própria instituição ou na cena da política sergipana. Diante de maior poder, através das promoções e do controle dos cargos de chefia quando são realocados entre as delegacias da capital, assim os delegados lutam através do poder simbólico, da imposição de comportamentos, do discurso da “boa conduta política” e de atributos que sejam aceitos como legítimos, no sentido de constituírem o padrão do “bom profissional”, seja diante da estrutura da Polícia Civil de Sergipe, seja no DEOTAP ou diante as disputas eleitorais estaduais e municipais.

Diante disso, para compreender as explicações que os delegados apresentaram sobre suas trajetórias e entrevista, considera-se necessária a ideia de “interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade”, conforme Bourdieu (1983) demonstrou ao explicar o conceito de *habitus*.

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (Bourdieu, 1983, p. 60-1).

Este denominado “princípio gerador e estruturador das práticas e das representações” é subjetivo, mas não individual, na medida em que é comum a todos os membros de um grupo ou classe. O ingresso profissional via concurso público formação na escola da polícia civil, cursos de treinamentos desenvolvidos pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro- ENCCLA são exemplos de classificações e de expectativas conformadas pelo *habitus*, que define o “lugar” de cada um dos delegados, até onde se pode chegar a termos de cargos diante a Polícia Civil de Sergipe ou na disputa política local, por exemplo. Essas previsões são feitas de forma inconsciente, baseando-se nas condições sociais objetivas desses agentes jurídicos, procurando fazer “da necessidade virtude”, ou seja, adequando as expectativas subjetivas às possibilidades objetivas diante a dinâmica profissional no combate a corrupção em Sergipe.

Exemplo que ao serem questionados sobre as situações mais marcantes em suas trajetórias os delegados 1 e 2 destaca que foi justamente desenvolver ações que exigiam deles uma “disposição profissional” e o “sentimento de colaboração para uma sociedade mais justa” enquanto agentes da segurança pública precisam garantir a ordem do meio social. É isso que se espera do exercício profissional de um delegado de polícia, é esse o *habitus* esperado no grupo que ele integra. Logo, as interações que mais os inquietam positivamente foi realizar práticas que reafirmam essa posição que eles ocupam, como uma figura de autoridade jurídica para tal condição de apreensão. Exemplo semelhante vinculado a delegada Danielle Garcia diante disputa eleitoral de 2020 em Aracaju quando afirma:

“Coloco-me à disposição dos aracajuanos para fazer uma nova gestão, com boas políticas e práticas de gestão pública, e tudo isso com as marcas da transparência, da eficiência e do implacável combate à corrupção já conhecidas pelo povo aracajuano

em minha atuação, por exemplo quando estive coordenando o Deotap à frente de operações como a Indenizar-se, a Avalanche e a Torre de Babel” (LIMA, JL POLÍTICA, 2020).

Ou seja, diante o *ethos* profissional “da necessidade virtude”, e a disposição do poder discurso e de práticas efetivas no combate a corrupção, adequa-se às expectativas subjetivas da delegada mediante as possibilidades objetivas na materialidade jurídica e política de Sergipe.

Por fim diante do que foi apresentado empiricamente, a construção desses agentes jurídicos hoje em Sergipe não se restringe apenas à esfera do ambiente jurídico, mas por diversos meios que tornam determinadas dimensões mobilizadoras para a construção de uma trajetória profissional individual e coletiva, na qual se destacam nesse quesito por grande capilaridade em assumir determinada “causa” social dentro da esfera jurídica, como é o caso da luta contra corrupção. Assim constroem dentro do Estado uma permanente política de continuidade, ligando a sua profissão jurídica como estratégia importante para a disputa eleitoral e garantia permanente de postos dentro da estrutura de funcionamento da Polícia Civil de Sergipe. Ao decorrer de suas trajetórias profissionais e da expertise adquirida nas operações de combate à corrupção, esses agentes jurídicos se dispõem em nome e imagem pública como uma espécie “paladinos sergipanos”, sendo a própria “renovação política” e a garantia desempenho efetiva da Polícia sergipana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, voltamos a nossa hipótese central apresentada no início da pesquisa de que a trajetória profissional e a estrutura da polícia civil viabilizaram a ascensão profissional e corporativa dos delegados por meio da reconversão, expansão das redes de relações nos espaços jurídicos e provocou um prestígio acumulado no exercício de suas funções. De certo apreendemos então as modalidades de atuações desses delegados, buscando compreender de forma analítica quais foram os recursos mobilizados que compõem as suas biografias, suas atuações profissionais, apresentando quais mecanismos que foram mobilizados nas respectivas trajetórias dos delegados do departamento investigado.

Foi atribuído a essa dissertação em nível de mestrado, a relevância devido ao número crescente do fenômeno social em que essa prática está vinculada a uma construção não apenas de uma narrativa, mas de práticas e meios efetivos nos padrões de carreiras estabelecidos dentro do sistema jurídico brasileiro, e que chamou atenção do espaço acadêmico, apresentando-se como possibilidade de objeto de estudo (Petrarca, F. R.; Nunes, A. I 2021). A relevância e o aspecto inovador desta pesquisa destacam-se indo além da luta contra a corrupção, apresenta também um enfoque nas dinâmicas e recursos de recrutamento (sociais, profissionais, políticos, econômicos) mobilizados pelos delegados do DEOTAP. Entretanto, mesmo voltando-se para uma análise do caso de Sergipe, essa dissertação pretendeu apreender também a investigação de algumas regularidades vinculadas a estes profissionais que podem ter sido desenvolvidas em outras pesquisas relacionadas ao campo do direito, permitiu demonstrar a inovação dentro dos diversos estudos sociológicos, o intuito de empiricizar as dinâmicas da esfera profissional jurídica em Sergipe e o papel que assume no engajamento profissional jurídico ou político. Trata-se então de uma dissertação que destaca as recomposições do campo político sergipano contemporâneo, à luz da agenda política “anticorrupção”.

A elaboração desse texto científico dentro do espaço sociológico no estado de Sergipe, destaca-se por analisar os principais recursos sociais essenciais para a dinamização dos delegados dentro do DEOTAP e os padrões de carreiras estabelecidos, trazendo contribuições nas produções de conhecimentos que aprofundem as análises sociológicas dentro dessas dinâmicas profissionais, neste texto então na empiricização dos principais recursos para inserção no DEOTAP. A relevância deste estudo está relacionada a dois campos como apresentado acima: A primeira é a especificidade histórica das profissões no Brasil e as

peculiaridades do uso dos prestígios sociais. A segunda é a contribuição de ordem teórica e metodológica para pensar os processos de profissionalização do Direito, especificamente dos delegados de polícia e ascensão profissional. São essas duas questões mais gerais que possuem algumas variáveis passíveis de uma reflexão sociológica. Em relação à primeira, entendem-se os desdobramentos estão relacionados ao papel fundamental do Estado nos processos de profissionalização no Brasil. Conforme a segunda questão, a relevância deste estudo está em mostrar que a profissão é um espaço de confronto e de construção de carreira imerso nas estruturas sociais e de capitais sociais diferenciados. Nesse sentido, a análise das trajetórias sociais e profissionais dos delegados do DEOTAP se torna um instrumento metodológico importante, uma vez que através desses instrumentos investigados é possível apreender o conjunto dos recursos sociais acumulados e quais deles têm chance de serem reconvertidos dentro da atuação profissional dos delegados.

Nessa pesquisa, buscou mobilizar uma sociologia que se debruça nas análises da anticorrupção para problematizar os papéis assumidos pelos delegados entre as instituições judiciais e o poder político, atentando para os usos que esses agentes fazem dos recursos simbólicos acumulados em suas atribuições no combate à corrupção nas construções de suas agendas na esfera política e profissional. Especificamente, buscou produzir um deslocamento da problematização da corrupção como um elemento das atribuições investigativas e repressivas dos delegados para a “corrupção” como forma de acumulação de legitimidade ou de capital simbólico (Bourdieu, 1989). Isso foi evidenciado ao longo da pesquisa.

Por fim assim, durante a produção científica deste trabalho foi elaborado um questionário (em anexo) para os delegados, com o objetivo de realizar uma espécie de “perfil social” desses delegados, considerando os seguintes indicadores: a) indicadores de origem social, tais como profissão e nível de escolaridade do pai e da mãe, escolas em que o entrevistado concluiu os seguintes níveis de ensino: ensino fundamental, ensino médio e ensino universitário; b) indicadores de socialização profissional: onde e como começou a se inserir no mercado de trabalho específico da sua profissão (através de amigos, família, parentes, concursos, etc.), quais os diferentes cargos ocupados, os principais campos de atuação profissional e extraprofissional, sendo possível aqui identificar a construção de uma rede de relações construída a partir do mesmo; c) indicadores de inserção em outras esferas sociais: participação no movimento estudantil, militância partidária, corporativismo e sindicalismo, participação em grupos de ações filantrópicas e de assistência social (ONGs, igrejas). Os indicadores apresentados nos forneceram algumas pistas gerais a respeito da

estrutura de capital (cultural, político, educacional) e posição social dos respectivos profissionais juntamente com a delegada geral do DEOTAP.

Vimos que em diversos dos casos, é nesse contexto que os agentes jurídicos se deparam com a causa social em que empreendem sua carreira, a fim de tornar a causa uma “construção da identidade profissional” (palavras da delegada entrevistada), na construção da agenda profissional própria. A expertise dos agentes jurídicos continua valorizada pela burocracia política e institucional. Assim, a profissão de delegado emerge com o papel jurídico e político, em que se exercem suas atribuições profissionais dentro do judiciário, e, paralelamente, garante um determinado “controle político” da rede a qual o delegado integra.

Então a partir das operações de combate a corrupção se desenvolveu dentro das instituições um determinado *ethos* profissional vinculado à justiça e a política, legitimando suas ações envolvidas durante os trabalhos das forças-tarefas. Através das suas atividades diárias esses delegados profissionais acumularam um ‘*saber fazer*’ que é capaz de ser mobilizado para sua inserção na esfera jurídica e política. Nessas condições, o forte apelo moralizante da anticorrupção se torna o grande trunfo para abrir espaços para novos nomes na composição dos agrupamentos políticos na cena política sergipana, permitindo que atores sociais vindos de fora do sistema político tenham êxitos nos seus investimentos eleitorais. Em contraposição do que ocorre com os delegados que permanecem na estrutura da polícia civil de Sergipe.

Uma questão importante apreendida por meio desta pesquisa desenvolvida é entender a lógica de estruturação da política sergipana, a partir da inserção dos delegados que coordenaram o combate à corrupção em Sergipe. São candidaturas que demonstram redes de articulação que identificadas como “a renovação da política sergipana”, juntamente com a análise feita a partir dos delegados que ainda estão em atuação policial.

Por fim, como se trata de um trabalho de conclusão de curso de nível de mestrado, uma questão de pouco tempo em relação ao que se imaginava inicialmente em contraposição do tempo e maturação de grandes desafios apresentados durante o percurso acadêmico, algumas fragilidades analíticas e interpretativas aqui apresentadas são assumidas e incentiva demais trabalhos científicos voltados diretamente a interpretação dos recursos sociais numa perspectiva de formação profissional e entendimento da lógica política, em relação a dinâmica dos delegados.

Em geral, eles acumularam experiência e conhecimento dentro do sistema policial, muitas vezes iniciando suas carreiras em diferentes áreas da segurança pública, o que lhes

proporcionou uma compreensão holística dos desafios enfrentados no campo dos crimes corpo a corpo e da corrupção. Ao longo de suas carreiras, esses delegados demonstraram comprometimento e integridade a partir das suas experiências profissionais, adquirindo reputação de incorruptíveis. Seu perfil técnico, aliado a uma postura ética e comprometimento com a transparência, proporcionou-lhes credibilidade tanto dentro da corporação quanto perante a sociedade.

Por isso, afirma-se que os delegados que lideraram o combate à corrupção em Sergipe se valeram não apenas de suas habilidades investigativas, mas também de recursos e prestígio social para fortalecer suas redes de relações. Em muitos casos, esses profissionais estabeleceram alianças estratégicas com setores da sociedade civil, mídia e outras esferas do poder público, alavancando assim suas investigações e ampliando o alcance na construção da sua “identidade profissional”. Em suma, os delegados que atuaram no combate à corrupção em Sergipe não apenas consolidaram suas carreiras com base na integridade e competência profissional, mas também utilizaram habilmente recursos e prestígio social para expandir suas redes de relações, colaborando assim para a efetividade de suas ações.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Alessandro Vieira apresenta propostas para a Segurança Pública e para a Saúde. JL POLÍTICA, Aracaju, 28 de julho de 2018. Seção Eleição. Disponível em: <https://www.jlpolitica.com.br/noticias/estado/alessandro-vieira-apresenta-propostas-para-a-seguranca-publica-e-para-a-saude>. Acesso em: 18 de out. 2023

Alessandro Vieira deixa Cidadania e abandona pré-candidatura. Eleições 2022. Notícias em Congresso. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/alessandro-vieira-deixa-cidadania/>>. Acesso em: 18 de out. 2023.

Alessandro Vieira toma posse como Delegado Geral de Polícia Civil de SE. G1 Sergipe, Aracaju, 22 de fevereiro 2016. Seção Globo Notícias. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/02/alessandro-vieira-toma-posse-como-delegado-geral-de-policia-civil-de-se.html>. 18 de out. 2023

ALMEIDA, Frederico de. Empreendedores jurídicos como empreendedores morais. Combate à corrupção e moralização da política brasileira. Nueva sociedad, v. 276, p. 84-99, 2018.

AMORIM. S. S. Reestruturação da Polícia Civil de Sergipe: avanços e retrocessos. Dissertação de Mestrado. PPGS-UFS, 142 p. 2003.

Anuário da Policia Civil 2018. Polícia Civil SE, 2018. Acesso em: 10/01/2023. Disponível em: <https://policiacivil.se.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Anu%C3%A1rio-Policia-Civil-SE-2018.pdf>

Após deixar o Cidadania, senador Alessandro Vieira anuncia filiação ao PSDB. CNN Eleições 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-deixar-o-cidadania-senador-alessandro-vieira-anuncia-filiacao-ao-psdb/>>. 18 de out. 2023

BERLATTO, F; CODATO, A & BOLOGNESI, B. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. Artigos • Rev. Bras. Ciênc. Polít. (21), 2016.

BONELI, Maria da Glória; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. A política das profissões jurídicas: autonomia em relação ao mercado, ao Estado e ao cliente. 2003.

BONELLI, M. G. Profissionalismo e Política no Mundo do Direito. 1. Ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

- BONELLI, M. G; OLIVEIRA, F. L; MARTINS, R. Profissões Jurídicas, Identidades e Imagem. 1. Ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2006.
- BONELLI, Maria; NUNES, Jordão Horta; MICK, Jacques. Ocupações e Profissões na Sociedade Brasileira de Sociologia: balanço da produção (2003-2017). *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, n. 11, p. 18-28, 2017.
- BONELLI, MG. Perfil social e de carreira dos delegados de polícia. In SADEK, MT. org. Delegados de polícia ENOnline]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 22-50.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: _____. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, 39). p. 46-81.
- BOURDIEU, P. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: Pierre Bourdieu. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: _____. Escritos de educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 229-237.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: _____. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. p. 133-161.
- BOURDIEU, Pierre. La Distinction (1976/79)
- BRANDÃO, Zaia; LELLIS, Isabel. Elites acadêmicas e escolarização dos filhos. **Educação & Sociedade**, v. 24, p. 509-526, 2003.
- Cachado, Rita. "Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais." *Sociologia & Antropologia* 11 (2021): 551 572
- CAZZOLA, F. & MORISI, M. Magistrature et classe politique. Au-delà les urgences de la crise italienne. In: *Politix*, vol. 8, n°30, Deuxième trimestre 1995. pp. 76-90.
- CORREA, Luiz Maria Pio. O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI): organizações internacionais e crime transnacional / Luiz Maria Pio Corrêa – Brasília: FUNAG, 2013.
- Danielle Garcia: “Nosso compromisso é com um mandato eficiente e humanizado. JL POLÍTICA, Aracaju, [s/d]. Disponível em: <<https://jlpolitica.com.br/entrevista/danielle-garcia-nosso-compromisso-e-com-um-mandato-eficiente-e-humanizado>>. 18 de out. 2023.
- ENGELMANN, F. & PENNA, L. R. Política na forma da lei: o espaço dos constitucionalistas no Brasil democrático. *Lua Nova*. P. 177-206, 2014.
- ENGELMANN, Fabiano. A "Judicialização da Política" e a "Politização do Judiciário" no Brasil: notas para uma abordagem sociológica. *Revista da Faculdade de Direito*, v. 1, n. 22, 2002.

FARIAS, Teles Mateus Icaro. A Luta contra a Corrupção em Sergipe: um estudo sobre o direito e as carreiras jurídicas. Início: 2020. Iniciação científica (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).

FAORO, Raymundo. 2001. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Globo.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. O trabalho policial: estudo da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. IBCCRIM, 2006.

HISTÓRIA da Polícia Civil. Polícia Civil SE, 2019. Acesso em: 18 de out. 2023. Disponível em: <https://policiacivil.se.gov.br/historia-da-policia-civil/>

João Batista renuncia após Jackson exonerar Alessandro. Infonet, Aracaju, 19 de abril de 2017. Seção Política. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/politica/joao-batista-renuncia-apos-jackson-exonerar-alessandro/>. Acesso em: 18 de out. 2023

HOLANDA, Sérgio Buarque. 2016. Raízes do Brasil. Edição crítica. 80 anos (1936-2016). São Paulo: Companhia das Letras.

LOPES, M.; ALBUQUERQUER, G & BEZERRA, G. 2018, a batalha final”: Lava Jato e Bolsonaro em uma campanha anticorrupção e antisistema. Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 20, núm. 3, pp. 377-389, 2020.

MILITÃO, Eduardo. Entenda o que é a Operação Navalha. Congresso em Foco, Brasília-DF, 21 de novembro de 2012. Seção Corrupção. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/entenda-o-que-e-a-operacao-navalha/>. Acesso em: 18 de out. 2023

Operação Babel: conheça a lista dos 14 indiciados. Infonet, Aracaju, 20 de abril de 2017. Seção Política. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/politica/operacao-babel-conheca-a-lista-dos-14-indiciados/>. Acesso em: 18 de out. 2023

PETRARCA, F & LIMA, A. Um República de Bacharéis: entre mandarins do direito e donos do poder. REVISTA DE HISTÓRIA , v. 180, p. 1-29, 2021.

PETRARCA, F. A Força da Lei: luta contra a corrupção, carreiras jurídicas e política em Sergipe. Relatório Cnpq, 2022.

PETRARCA, F. COMPOSIÇÃO SOCIAL, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E LÓGICAS DE RECRUTAMENTO DA ELITE MÉDICA EM SERGIPE*. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE), v. 35, p. 1-21, 2020

PETRARCA, F. O Judiciário e a Luta Contra a Corrupção: Lava Jato e Mani Pulite em perspectiva comparada. Relatório Final pos doutorado CNPq, 2019.

PETRARCA, F. R. Pesquisando Grupos Profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes. in: Adriano Codato; Renato M. perissinoto. (org.). Como estudar elites. 1ed.curitiba: ufpr, 2015, v. 303, p. 151-184.

PETRARCA, F. R.; NUNES, A. I. Uma “República de Bacharéis”: entre Mandarins do Direito e Donos do Poder. Revista de História, [S. l.], n. 180, p. 1-29, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.178375

PETRARCA, F; LIMA, A. I. N. M.; BONFIM, F. Elites Jurídicas em Sergipe: recrutamento, redes sociais e redes de relações. 1. ed. Aracaju: Criações, 2021. v. 1. 242p.

PETRARCA, FERNANDA RIOS. De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900). REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (ONLINE) , p. 89-112, 2017.

PETRARCA, Fernanda Rios; CARVALHO, Alex Menezes de (org.). Dinâmicas Profissionais e Espaço de Poder. 1 ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2023

PETRARCA, FERNANDA RIOS. Entre jalecos, bisturis e a arte de fazer política. História, Ciências, Saúde-Manguinhos , v. 26, p. 573-591, 2019.

PETRARCA, Fernanda Rios. Relatório final de desempenho de pós- doutorado. 2018. 114 f. Università di Pisa, UNIPi, Pisa - Itália, 2018.

PIZZORNO, A. Il Potere dei Giudici: stato democratico e controllo della virtù. Bari: Laterza, 1998.

Polícia Civil apresenta detalhes da 'Operação Babel. Aracaju, 22 de Março de 2017.

Disponível: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2017/03/policia-civil-apresenta-detalhes-da-operacao-babel.html> . Acesso em: 12 de nov. 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. Vice-Prefeita. Aracaju, 01 de janeiro de 2017.

Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/viceprefeita>. Acesso em: 18 de mar. 2022.

REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE. Quem Somos. Disponível em: <https://www.raps.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 18 de out. 2023

RODRIGUEZ, Will. Alessandro Vieira entra na política e fala sobre “desconforto” de Jackson com investigações. F5 NEWS, Aracaju, 25 de maio de 2017. Seção Política. Disponível em: https://www.f5news.com.br/politica/alessandro-vieira-entra-na-politica-e-fala-sobre--quotdesconforto-quot-de-jackson-com-investigacoes_38429/. Acesso em: 18 de out. 2023.

RODRIGUEZ, Will. Jackson exonera João Batista e Alessandro Vieira da SSP. F5 NEWS, Aracaju, 18 de abril de 2017. Seção Política. Disponível em: https://www.f5news.com.br/politica/jackson-exonera-joao-batista-e-alessandro-vieira-da-ssp_37602/. Acesso em: 18 de out. 2023.

ROUSSEL, V. Affaires de juges: les magistrats face aux scandales politiques. Paris: La Découverte, 2002.

SADEK. K. T. OS delegados de Polícia. Ed. Sumaré. 2003.

VANNUCCI, Alberto; PETRARCA, Fernanda Rios. A luta contra a corrupção: o estado da arte e perspectivas de análise. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, p. 305-314, 2021.

VAUCHEZ, A. O poder judiciário: um objeto central da ciência política. P. 39-56. In. ENGELMAM. Sociologia das instituições judiciais. Porto Alegre, UFGRS, 2017.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. Novos estudos CEBRAP, p. 87- 103, 2013.

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Pesquisa intitulada “POLÍCIA CIVIL E USOS DA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO EM SERGIPE: padrões de recrutamento e modalidades de engajamento dos delegados”, conduzida por Icaro Mateus Teles Farias. Este estudo tem por objetivo investigar a dinâmica profissional do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública- DEOTAP um dos maiores instrumentos da esfera jurídica sergipana responsável pelas investigações de corrupção no estado. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas.

QUESTIONÁRIO		
Nome: _____		
PERFIL SOCIAL		
1.. Naturalidade	Município: _____	Estado: _____
2.. Idade: _____	3.. Gênero: _____	
4.. Etnia: () Amarela () Branca () Indígena () Parda () Preta		
5.. Profissão do pai: _____ Profissão da mãe: _____ Profissão de outros responsáveis: _____		
6.. Escolaridade dos Responsáveis:		
Pai: () Não frequentou a escola () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior () Pós-Graduação Mãe: () Não frequentou a escola () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior () Pós-Graduação Outros: () Não frequentou a escola () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior () Pós-Graduação		
7. Qual o seu nível de escolaridade? () Ensino Superior () Pós-Graduação		

No caso de uma pós-graduação, qual?

SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL

8.. Onde você começou a trabalhar em sua área profissional?

9.. Como se deu a inserção nesse trabalho ? () Indicação de amigos () Indicação de parentes () Concurso Publico

() Outros: _____

10.. Participou de algum curso de treinamento ou especialização para as operações no combate a corrupção realizadas pelo DEOTAP?

() NÃO

() SIM, QUAL?

11.. Quais foram os principais campos de atuação profissional e extraprofissional?

INSERÇÃO EM OUTRAS ESFERAS SOCIAIS

12. Você fez ou faz parte de atuações em outras esferas sociais?

() participação no movimento estudantil

() militância partidária, se sim, qual?

() corporativismo ou sindicalismo, se sim, qual?

() participação em grupos de ações filantrópicas e de assistência social (ONGs, igrejas)? Se sim, qual?

() Outro. Qual? _____

CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.. Mencione situações marcantes (favorável e/ou desfavorável) que você vivenciou durante a sua atuação nas operações de combate a corrupção durante o exercício profissional no DEOTAP:
